



UFRJ



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE LETRAS

O ESTUDO DAS CONSTRUÇÕES IMPERATIVAS EM DADOS DE FALA A
PARTIR DE ESQUETES HUMORÍSTICOS

Marcela Oliveira de Lima

Rio de Janeiro
2021

MARCELA OLIVEIRA DE LIMA

O ESTUDO DAS CONSTRUÇÕES IMPERATIVAS EM DADOS DE FALA A
PARTIR DE ESQUETES HUMORÍSTICOS

Monografia submetida à Faculdade de Letras
da Universidade Federal do Rio de Janeiro,
como requisito parcial para obtenção do título
de Licenciado em Letras na habilitação
Português/Inglês.

Orientador: Prof.º Dr. Thiago Laurentino de Oliveira

RIO DE JANEIRO

2021

*“A educação como prática da liberdade é um
jeito de ensinar que qualquer um pode aprender”.*

bell hooks

Agradecimentos

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, à minha família pelo amor e apoio incondicional. Dedico este trabalho, sobretudo, à minha avó: mulher preta, de origem humilde e que não teve a oportunidade de receber uma educação formal digna. À minha mãe, Marcia, que sempre me apoiou em todas as minhas escolhas. Obrigada por estar sempre comigo e por ser essa fortaleza em forma de mulher. Ao meu irmão, Marcelo, meu super gêmeo; ser sua irmã é uma dádiva. Obrigada por ser minha metade, pelos sermões, pelas brincadeiras, pelas fofocas e por ser essa luz imensa na minha vida. Ao meu pai, Marcio, por sempre ter acreditado no meu potencial quando eu, por inúmeras vezes, duvidei de mim mesma.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer às duas que compõem o trio ternura – ou as Meninas Superpoderosas: Paula e Brenda. Sem vocês, a experiência acadêmica seria incompleta. Obrigada pelas risadas, pelos choros, pelo desespero compartilhado, pelas dúvidas, pelo estresse, pelos momentos comendo pastel do trailer do Carvalho e os “hamburguinhas”. Obrigada também às minhas melhores amigas de sempre: Bruna, Mariana e Thaynara, por tudo o que nós vivemos e ainda viveremos.

Dedico essa monografia também a todos os professores que fizeram parte da minha trajetória como aluna. Obrigada Larissa, Vinicius, Cleber, Marconi, Mauro, Thiago Mendes, Samuel e todos aqueles cujos nomes estão borrados em minha mente devido ao efeito do tempo e da memória. Obrigada Thiago Laurentino, por ter me acolhido como orientanda em um momento caótico e por ser sempre tão atencioso, gentil, empático e profissional; obrigada Rogério Tilio, por ter resolvido todas as questões burocráticas de forma simples e prática; obrigada Aline Ponciano, por me mostrar as maravilhas da Fonologia; obrigada João Tavares, por me convencer que a Morfologia nem é tão chata assim; obrigada Diogo Pinheiro, por ter me apresentado a incrível área da Linguística; e obrigada Leonor Werneck, por ter ajudado no processo de (des)construção como linguista. Por fim, gostaria de agradecer a todos que trabalham na UFRJ e que viabilizaram, de algum modo, a minha formação.

LIMA, Marcela Oliveira de. *O estudo das construções imperativas em dados de fala a partir de esquetes humorísticas*. Monografia. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ. 2021

RESUMO

Esta monografia objetiva investigar e descrever as diferentes construções imperativas de segunda pessoa do singular (2SG) em dados de fala do português brasileiro contemporâneo. As gramáticas normativas e escolares da língua portuguesa geralmente associam a expressão do imperativo somente à oposição morfológica formada a partir de flexões do indicativo e do subjuntivo (por exemplo, *canta/cante*, *bebe/beba*, *abre/abra*). Além disso, afirma-se que as formas imperativas associadas ao indicativo e ao subjuntivo estariam relacionadas ao uso das formas tratamentais *tu* e *você*, respectivamente. No âmbito dos estudos linguísticos, no entanto, verifica-se que o imperativo é um fenômeno complexo, envolvendo outras construções negligenciadas pela tradição gramatical. Scherre (2004) destaca que há um crescente uso do imperativo associado ao indicativo em contextos de predominância do uso de *você* (rotulado “imperativo abasileirado”), sobretudo em situações de caráter dialógico. Já Castilho (2010), ao tratar das sentenças imperativas, reconhece a diversidade de construções existentes, mencionado as imperativas indiretas (por exemplo, *Eu quero que você faça isso para mim*). Partindo desses estudos, neste trabalho, pretende-se levantar e analisar as construções com valor imperativo utilizadas no português brasileiro contemporâneo. Nossas previsões são: a expressão do imperativo conta com um conjunto variado de construções, para além do imperativo morfológico; o uso de formas associadas ao indicativo ou subjuntivo não estão atreladas ao uso dos pronomes *tu* e *você*. A partir de uma análise sincrônica, as construções imperativas observadas foram retiradas de esquetes humorísticas do canal *Porta dos Fundos*, disponíveis na plataforma *Youtube*. A análise dos dados está ancorada nos pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista (WEINREICH, LABOV & HERZOG, 2006[1968]) e na Teoria dos Atos de Fala (SEARLE, 1979). Os resultados encontrados a partir da análise dos dados sustentam as previsões delineadas de que as construções imperativas apresentam configurações diversas nos dados de fala considerados.

PALAVRAS-CHAVES: variação linguística; imperativo; atos de fala.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	7
2. Revisão do tema.....	10
2.1 O que diz a tradição gramatical?	10
2.2 O que dizem os estudos em Sociolinguística Variacionista?	12
3. Pressupostos teóricos.....	21
3.1 A Sociolinguística	21
3.2 A teoria dos atos de fala	23
3.2.1 Os atos de fala diretivos.....	24
4. Metodologia.....	25
4.1 A escolha do <i>corpus</i>.....	26
4.2 As variáveis controladas.....	28
5. Análise de dados	39
5.1 Índices da variável dependente: os tipos de construção.....	40
5.2 Formas de segunda pessoa do singular na posição de sujeito:	43
5.3 Atos de fala	45
6. Considerações finais	48
7. Referências bibliográficas.....	50

1. Introdução

Normalmente, ao falarmos sobre imperativo, há uma associação ao modo verbal cuja função é expressar uma *ordem*. Neste sentido, a tradição gramatical descreve que *fala*, *abre* e *pega* são formas imperativas associadas ao presente do indicativo ligadas ao pronome *tu*, enquanto *fale*, *abra* e *pegue* são formas tomadas do subjuntivo ligadas ao pronome *você*. No entanto, é possível perceber que a expressão do imperativo é mais complexa do que a tradição gramatical descreve.

Em relação às formas verbais, Paredes Silva *et al* (2000) identifica uma tendência do uso da forma indicativa (*fala*, *abre*, *pega*) em contexto de uso do pronome *você*; além disso, alguns estudos traçam uma estreita relação entre os atos de fala e sentenças imperativas (cf; AUSTIN, 1962; BERRE, 2007), o que expande a noção do imperativo como somente a expressão da *ordem*; por fim, pesquisas registram outros tipos de construção (cf; BRAGA, 2008; 2016) que ativam uma leitura imperativa, para além do usual *Lave a louça*, como os seguintes exemplos:

- (1) Você *cala* essa boca.
- (2) Eu quero que tu fique em casa.
- (3) Deixa eu te ajudar.
- (4) É melhor tu pensar bem no que vai fazer.

O presente trabalho objetiva investigar diferentes construções imperativas de 2ª pessoa do singular em dados de fala a fim de ampliar a descrição sobre o tema. Tendo em vista o “abrasileiramento” do imperativo, nos termos de Paredes Silva *et al* (2000), acreditamos que outras estratégias são aplicadas na produção de enunciados imperativos que vão além da oposição entre as formas de indicativo e subjuntivo, ou seja, de sentenças como “*Sai* daqui” e “*Saia* daqui”. Negligenciar essas outras estratégias é preconizar e restringir diversas possibilidades igualmente efetivas utilizadas na constituição de atos de fala diretivos.

Nossas hipóteses apontam para um conjunto variado de construções atuando como sentenças imperativas significativamente produtivas no português brasileiro “PB”. Ademais, nossa hipótese é a de que, ao contrário do que diz a tradição gramatical, o uso da forma indicativa ou subjuntiva não está necessariamente ligada aos pronomes *tu* e *você*, respectivamente, e que contextos mais dialógicos favorecem o uso do imperativo abrasileirado, como também prevê Scherre (2004, 2007). No que tange aos diferentes

tipos de construções imperativas, acreditamos que essa diversidade esteja relacionada aos atos de fala variados que elas veiculam.

Para tal, lançaremos mão da teoria da Sociolinguística Variacionista (WEINREICH, LABOV & HERZOG, 2006[1968]) e da Teoria dos Atos de Fala (SEARLE, 1979) como aporte teórico da nossa análise.

Usamos a Sociolinguística Variacionista tendo em vista que a expressão do imperativo é um fenômeno variável no PB, visto que os falantes ora usam o imperativo *tu-indicativo*, ora *você-subjuntivo* e ora *você-indicativo*. Sobre essa variabilidade pesquisas recentes (cf. Scherre, 2004; 2007) demonstram uma queda no uso de *você-subjuntivo* e maior uso de *tu-indicativo* e *você-indicativo*, o que pode configurar um processo de mudança linguística no tratamento do imperativo.

No que se refere à Teoria dos Atos de Fala, Braga (2011) já aponta para o fato de que aspectos semântico-pragmáticos influenciam na formação de sentenças imperativas. Isso está relacionado à noção de maior ou menor polidez, isto é, aos graus de rudeza e cordialidade entre os falantes. Castilho (2010) também dialoga com essa percepção ao dividir as sentenças imperativas entre *diretas* e *indiretas*.

A fim de investigarmos o status do imperativo em dados de fala, foram escolhidos os esquetes humorísticos do canal *Porta do Fundos* como *corpus* deste trabalho. O *esquete* é um gênero oral e que normalmente representa interações sociais diversas da vida real de forma cômica e/ou satírica, servindo também como forma de denúncia de determinada situação. Por encenar situações do cotidiano, acreditamos que os esquetes favorecem o surgimento de estruturas imperativas da segunda pessoa do singular.

Deste *corpus*, foram analisados 38 vídeos do canal do *Porta dos Fundos*, disponíveis na plataforma *Youtube*. A partir dessa coleta, sistematizamos um grupo de fatores – linguísticos e extralinguísticos –, dentre os quais alguns foram testados em estudos anteriores sobre o tema e outros foram propostos de acordo com a nossa observação sobre os dados adquiridos, os quais destacamos: *tipo de construção*, *pronome de 2ª pessoa do singular na posição de sujeito em frases declarativas* e *tipo de ato de fala*.

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: a próxima seção apresenta uma revisão do tema, comparando o estudo do imperativo sob a ótica da tradição gramatical e de estudos sociolinguísticos recentes. Em seguida, discutimos de forma mais aprofundada os pressupostos teóricos sobre os quais estamos baseando nossa pesquisa. Na quarta seção, descrevemos a metodologia utilizada para análise e

coleta de dados. Na quinta seção, apresentamos a análise dos dados que conseguimos. Por fim, sintetizamos os principais achados e discutimos sobre os passos futuros.

2. Revisão do tema

Nesta seção, faremos uma breve revisão da literatura sobre o estudo do imperativo. A primeira parte consiste em recapitular a descrição do Imperativo feita pela tradição gramatical. Para isso, analisaremos as gramáticas de Cunha & Cintra (1989, 2017) e Rocha Lima (2011). Na segunda parte, resgatamos a descrição sobre o tema feita por estudos linguísticos mais recentes, como, por exemplo, os artigos de Scherre (2004, 2007) e Rumeu (2016) e a gramática descritiva de Castilho (2010). Desta forma, teremos uma visão ampla do tratamento do imperativo no PB.

2.1 O que diz a tradição gramatical?

Cunha & Cintra (1989), em *Breve Gramática do Português Contemporâneo*, descrevem o seguinte:

o imperativo afirmativo só possui formas **próprias** de 2ª pessoa do singular e 2ª pessoa do plural, **derivadas** das correspondentes do presente do indicativo com a supressão do -s final. (...) As outras pessoas do imperativo afirmativo, bem como todas as do imperativo negativo, são supridas pelas equivalentes do presente do conjuntivo (**subjuntivo pela NGB**) (...) (CUNHA & CINTRA, 1989, p. 273-274) (grifo meu)

A nosso ver, é curioso afirmar que as formas ditas *próprias* do imperativo são *derivadas* do presente do indicativo. No entanto, os autores não esclarecem essa afirmação ao longo das páginas. Além disso, Cunha & Cintra (1989) descrevem que o emprego do imperativo estaria além da ordem e do comando, assegurando que “há, como veremos, outros meios mais eficazes para expressarmos tal noção” (CUNHA & CINTRA, 1989, p.340). De acordo com os autores, o emprego do imperativo se dá no esforço do falante em fazer cumprir a ação assinalada no verbo pelo interlocutor. Por fim, afirmam que os imperativos afirmativo e negativo ocorrem com mais frequência em orações absolutas, orações coordenadas e/ou orações principais, além de alguns casos nos quais se queira expressar hipóteses. Os autores também destacam que a entonação é importante, visto que o comando pode, gradualmente, transformar-se em súplica dependendo do tom de voz do falante. Reiteram, também, que o Presente é o tempo de enunciação do modo imperativo.

Já em *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Cunha & Cintra (2017) acrescentam algumas informações sobre o imperativo no PB não vistas na versão de

1989. Em relação aos pronomes, por exemplo, destacam que as 2ª pessoas do singular e plural (*tu* e *vós*), as 3ª pessoas do singular e plural (*você*, *o senhor*, *Vossa Senhoria*) e a 1ª do plural admitem o modo imperativo. Há também a subdivisão do tema nas seções “Substitutos do imperativo”, “Reforço ou atenuação da ordem” e “Atenuação”. A que mais nos interessa para este trabalho é a primeira, na qual os autores trazem exemplos de sentenças imperativas com o verbo no presente do Indicativo:

O senhor me **traz** o dinheiro amanhã. [=Traga-me o dinheiro amanhã]
 Você **toma** o remédio indicado. [=Tome o remédio indicado] (CUNHA&CINTRA, 2017, p.493)

Os autores reconhecem e descrevem, ainda que timidamente, o uso da forma indicativa com pronomes que, a priori, não são de 2ª pessoa, e que, segundo a tradição gramatical, deveriam utilizar a forma subjuntiva. Além disso, Cunha & Cintra (2017) alegam que o uso do modo Indicativo nos exemplos acima é uma estratégia linguística para atenuar uma ordem. Nesta mesma seção, os autores apresentam outras maneiras pelas quais podemos expressar as diversas nuances do Imperativo. Dentre elas, destacamos: (i) O uso de frases nominais, atentando-se para o fato de que, na concepção dos autores, a supressão do verbo reforça o tom de comando, como em *Fogo!* e *Silêncio!*; (ii) o Futuro do Presente simples, que pode atenuar ou reforçar o caráter de ordem das sentenças, como em *Não matará* e *Tu irás comigo*; (iii) o tempo Imperfeito do Subjuntivo, de forma a transformar a ordem em uma sugestão, como em *(E) se você se calasse!?*; (iv) o infinitivo e o gerúndio como formas de Imperativo impessoal, como em *Marchar!* ou *Andando!*; entre outros (CUNHA & CINTRA, 2017, p.493-494).

Por fim, a descrição de Rocha Lima (2011) sobre o Imperativo é similar à de Cunha & Cintra (1989; 2017). O autor afirma que o imperativo afirmativo é “um tempo misto; para sua formação concorrem o presente do indicativo e o presente do subjuntivo” (ROCHA LIMA, 2011, p.176). Além disso, descreve que “as duas formas da segunda pessoa (*tu* e *vós*) são tiradas às formas correspondentes no *presente do indicativo*, sem o -s final; as duas outras (*você*, *vocês*) buscam-se ao *presente do subjuntivo*, **sem alteração**” (ROCHA LIMA, 2011, p.176) (grifo meu). Sendo assim, o autor se alinha à descrição que restringe a forma indicativa ao pronome *tu* e a forma subjuntiva ao pronome *você*. Ademais, não há qualquer menção sobre as diversas noções que uma sentença imperativa pode designar além da ordem (e.g. sugestão, conselho, pedido, etc.).

Em síntese, podemos observar que as descrições de Cunha & Cintra (1989; 2017) e de Rocha Lima (2011) não contemplam a expressão do imperativo no PB de forma satisfatória. A tradição gramatical ainda associa a forma indicativa ao pronome *tu* e a forma subjuntiva ao pronome *você*, ignorando que exemplos como *Você faz esse negócio direito!* / *Tu faz esse negócio direito!* são sentenças perfeitamente possíveis e são produzidas pelos falantes. Além disso, com exceção aos exemplos citados por Cunha & Cintra (1989, 2017), a noção de imperatividade ainda está restrita apenas à morfologia verbal. A título de exemplo, a sentença *É melhor você se arrumar logo!* também ativa a noção de ordem ou de aviso; no entanto, por não estar de acordo com o que a tradição gramatical retrata, não é adicionada à descrição.

A seguir, apresentamos a segunda parte da revisão do tema. Nesta subseção, revisitamos o que os estudos linguísticos mais recentes descrevem sobre a expressão do imperativo no PB.

2.2 O que dizem os estudos em Sociolinguística Variacionista?

Partindo para os estudos sociolinguísticos mais recentes, destacamos os trabalhos de Scherre (2004; 2007), Castilho (2010) e Rumeu (2016), que se dedicaram extensivamente a analisar e descrever o fenômeno de variação do modo imperativo. Scherre (2004), em “O imperativo gramatical no português brasileiro: reflexo de mudança linguística na escrita de revistas em quadrinhos”, investiga a variação do imperativo no contexto escrito, utilizando-se das revistas da *Turma da Mônica*, do escritor Maurício de Sousa. A autora reconhece, assim como Castilho (2010), que, diacronicamente, “a história relata que *falA*, *abrE* e *faZ* se remetem ao imperativo latino (...)” e que, sincronicamente, “*falA*, *abrE*, *faZ* são formas do imperativo afirmativo, derivados do presente do indicativo do pronome *tu*, sem o *-s* final” (SCHERRE, 2004, p. 817), assim como Cunha & Cintra (1989; 2017) e Rocha Lima (2011). Contudo, as duas afirmações produzem um paradoxo, como a autora constata: afirma-se que o imperativo possui formas *próprias*, mas que são *derivadas* do modo indicativo.

Isso já havia sido apontado por nós anteriormente ao comentarmos sobre a descrição de Cunha & Cintra (1989) sobre o imperativo. A autora, portanto, recorre a Faraco (1986; 1996), que examinou o tratamento do pronome *você* e a expressão do imperativo no PB para entender esse cenário. Segundo o autor, trata-se de um caso de

homofonia entre indicativo e imperativo: a forma associada ao indicativo não é indicativa de fato, mas sim imperativa.

Por conseguinte, Scherre (2004), inicialmente, compara sentenças imperativas afirmativas e negativas, em contexto exclusivo do pronome *você*, nos gibis dos anos 70 e 90. Em seguida, para entender melhor os dados obtidos nos dois períodos, a autora enumera restrições estruturais como *polaridade da frase, presença, tipo, localização e pessoa de pronomes e presença ou ausência de vocativo* (SCHERRE, p. 821, 2004). No primeiro estágio da análise, Scherre (2004) descreve o seguinte:

Analisarei 163 estruturas imperativas de número singular da década de 70 e 658 da década de 90. Entre as 162 estruturas da década de 70, há apenas 11 casos de imperativo associado ao indicativo, 7%; entre as 658 da década de 90, **já há 363 casos de imperativo associado ao indicativo, 55%**. Isto indica que num lapso temporal de cerca de 20 anos há um aumento de 48 pontos percentuais em direção ao imperativo associado à forma indicativa (...). (SCHERRE, p. 820, 2004) (grifo meu)

De acordo com os dados preliminares, há um aumento exponencial do imperativo associado ao indicativo. No entanto, a autora constata que Maurício de Sousa conscientemente controlava o uso do imperativo que se aproxima da norma na década de 70, pois as formas associadas ao indicativo estavam sempre entre aspas. Na década de 90, estas formas já não eram escritas entre aspas. Em outras palavras, a concorrência entre as duas construções já era algo notável, ainda que o uso de aspas nas formas indicativas represente um recurso para destacá-las e identificá-las, talvez, como uma marca de coloquialidade.

Em relação às restrições estruturais elencadas por Scherre (2004), houve um crescimento de 26% do imperativo associado ao indicativo em sentenças negativas. Já nas sentenças afirmativas, de 8% dos casos na amostra dos anos 70, chega-se a 61% dos casos nos anos 90. Isso revela que o uso da forma indicativa se expandiu nos dois tipos de estruturas, ainda que a polaridade afirmativa seja um ambiente mais favorável. Na variável *presença, tipo, localização e pessoa de pronomes*, Scherre (2004) atesta o seguinte quadro: dentre os diversos fatores listados, em “ausência de pronome”, “pronome reto depois do verbo” e “pronome oblíquo ‘me’ antes do verbo” foram registrados 57%, 96% e 60% dos casos de imperativo associado do indicativo, respectivamente, na década de 90. Na década de 70, a porcentagem desses fatores era de 9%, não ocorre e 0%, respectivamente. Há ainda um pequeno crescimento do imperativo associado ao indicativo no fator “pronome oblíquo ‘se’ antes do verbo”, com

11% de ocorrência na década de 90, o que indicaria, aos olhos da autora, o início de mudança em um contexto desfavorável ou de resistência.

No que se refere à *presença* ou *ausência do vocativo*, foi verificado que a presença do vocativo favorece o uso do imperativo associado ao indicativo, com 26% de ocorrência na década de 70 e 63% na década de 90. Além disso, nas sentenças sem vocativo, a frequência de imperativo associado ao indicativo foi de 6% de ocorrência na década de 70 e 54% na década de 90. Ao analisar o comportamento particular da variável, Scherre (2004), ao olhar textos escritos não dialógicos – neste caso, para propagandas nacionais – verifica um favorecimento ao uso da forma associada ao subjuntivo, sem a presença de um vocativo:

(11) CorrA, saltE, andE e deixE de fumar (Expressão escrita sem presença de vocativo – Correio Braziliense, 25 de junho de 1999, Mundo, Saúde, Manchete)

(12) DeixE para sexta, sábado e domingo o que você poderia fazer hoje. (Expressão escrita sem presença de vocativo – Correio Braziliense, 20 de novembro de 2003, 27, Cidades) (SCHERRE, 2004, p.825)

De acordo com a linguista, os vocativos em textos não-dialógicos são uma das estratégias de criar âncora discursiva. Dessa forma, asseguram e favorecem o uso da forma associada ao indicativo. Além deles, o uso de balões, que são uma forma de representar a língua falada, e rimas também servem ao mesmo propósito, como demonstram os seguintes exemplos:

(14) Me ligA. (Expressão escrita dentro do balão – Jornal do Brasil)

(15) LigUE para a NET Rio (Expressão escrita fora do balão – Jornal do Brasil)

(16) SAI DA FRENTE! Motorista de Brasília está cada vez mais mal-humorado. (Expressão escrita dentro do balão – *Correio Braziliense*, 7 de julho de 2002)

(17) OlhA o Papai Noel, *Gente* (Expressão escrita com presença de vocativo – *Correio Braziliense*, 16 de novembro de 2003, Trabalho & formação profissional) (SCHERRE, 2004, p.825)

A interpretação de Scherre (2004) sobre o papel desses fatores em contextos não-dialógicos é de grande importância, visto que estabelece uma relação entre o uso da forma associada ao indicativo e contextos dialógicos. Ora, se são necessários recursos provenientes da fala e de situações mais interacionais para que a leitura imperativa desses casos seja conferida em textos escritos não-dialógicos, isso demonstra que situações de maior dialogicidade tendem a favorecer o uso do imperativo associado ao indicativo.

Em pesquisa explanatória, Scherre (2007) analisa a variação do imperativo revisitando pesquisas anteriores sobre o tema, assim como suas próprias reflexões. A motivação da pesquisa partiu de um exercício proposto a uma aluna do Ensino

Fundamental II, no ano de 1992, cujo objetivo era transformar algumas frases listadas para a 2ª pessoa do singular ou do plural. A aluna, no entanto, teve dificuldades ao executar a tarefa, pois em itens como “(4) Abri as portas à esperança, não deixeis entrar o desânimo” (SCHERRE, 2007, p.190), verifica-se uma leitura assertiva e não imperativa, como a autora posteriormente constata.

Dado esse acontecimento, Scherre (2007) realiza um extenso mapeamento da expressão do imperativo. A linguista percorre aspectos diacrônicos e sincrônicos, revisa e atualiza variáveis linguísticas e não linguísticas que possam influenciar a formação de sentenças imperativas. Para este trabalho, o que nos interessa é o termo adotado por Scherre (2007), a partir de Paredes Silva *et al.* (2000): o ‘abrasileiramento’ do imperativo, que aqui chamaremos de *imperativo abrasileirado*. De acordo com a autora, o imperativo abrasileirado corresponde às formas indicativas utilizadas em contexto discursivo do pronome *você*, que é a situação exposta no artigo de 2004. Alguns exemplos de sentenças no *imperativo abrasileirado* retirados desse estudo são:

- (1) << “Deixa” que a gente saia daqui, primeiro!>> (Sousa, 2002: 136)
- (2) << “Olha”, turma! É a Mônica, de novo!>> (Sousa, 2002: 102)
- (5) É agora Tonicão, *faz* o gol! (Almanaque do Cebolinha – 54, Sousa, 1999: 75)
- (6) PSST! Não *faz* escândalo, Cebolinha!! (Cebolinha – 141, Sousa, 1998: 7) (SCHERRE, 2004, p.819-820)

É importante frisar, a respeito dos exemplos acima, que as sentenças foram produzidas em contexto discursivo exclusivo do pronome *você*, isto é, não houve nenhum dado em que outro pronome foi utilizado, nem mesmo o pronome *tu*, o que as categoriza como frases no *imperativo abrasileirado*. Os dois primeiros exemplos foram retirados de revistas da década de 70, enquanto os dois últimos são do final da década de 90.

Como dito anteriormente, à luz da gramática tradicional, a forma associada ao indicativo estaria restrita ao uso correlato com o pronome *tu* – classificado como *imperativo verdadeiro* – e a forma associada ao subjuntivo às demais pessoas gramaticais, incluindo o pronome *você* – classificado como *imperativo supletivo*. Por isso, a nova configuração do imperativo verificada por Scherre (2004; 2007) teria um aspecto de “abrasileiramento”. Sob essa perspectiva, a autora mostra um crescimento significativo do imperativo abrasileirado a partir da década de 70 até o ano de 2005 (7% nos anos de 1970 e 71; 18% em 1983; 57% de 1985 a 1989; e 72% de 2001 a 2005) (SCHERRE, 2007, p.211).

O linguista Ataliba de Castilho (2010), em *Nova Gramática do Português Brasileiro*, sistematiza detalhadamente como são produzidas as frases Imperativas no PB. Em um primeiro momento, Castilho (2010) as separa em “Imperativas diretas” e “Imperativas indiretas”. No primeiro caso, sua ocorrência se dá “quando o locutor ocupa uma posição socialmente superior ao interlocutor (...)” (CASTILHO, 2010, p.327). Além disso, o autor destaca as seguintes características:

(1) predomina o sujeito elíptico, certamente devido à presença de seu referente no ato de fala; (2) o verbo vem conjugado no imperativo, no subjuntivo, no indicativo, no gerúndio ou no infinitivo, usados sozinhos ou em perífrases; (3) Preposição seguida de advérbio; e (4) Advérbio sozinho ou preposicionado. (CASTILHO, 2010, p.327).

Resumindo, Castilho (2010) considera como sentenças imperativas diretas os seguintes exemplos:

- a) *Vaza! Some! Dá o fora! Cai fora!*
- b) *Ponha-se na rua! Desapareça! Deite-se! Ajoelhe! Agache!*
- c) *Saindo, saindo! Circulando! Andando! Direita, vover.*
- d) *Vai saindo! Pode ir andando! Pode sair!* (CASTILHO, 2010, p.327)

Ainda sobre as imperativas diretas, o autor menciona algo muito importante para o estudo do Imperativo atualmente: a teoria dos atos de fala. Nesse sentido, Castilho (2010) destaca: “(...) se o locutor e o interlocutor compartilharem a mesma situação social, a estratégia será partir para um **ato de fala perlocutório**, sugerindo, aconselhando, ponderando” (CASTILHO, 2010, p.327) (grifo meu). Trataremos sobre a teoria dos atos de fala e a sua relação com enunciados imperativos de forma mais detalhada na seção de Pressupostos Teóricos.

Em um segundo momento, ao referir-se às imperativas indiretas, o autor argumenta que há uma inversão de papéis antes vista nas imperativas diretas, no que diz respeito ao locutor e ao interlocutor. As imperativas indiretas se aproximam da noção de pedido, como, por exemplo, em:

- a) *Eu lhe peço que fique lá fora*
- b) *Eu queria que o senhor saísse*
- c) *Eu gostaria que o senhor entrasse.*
- d) *Eu quero que você faça isso para mim* (CASTILHO, 2010, p.327)

Ademais, Castilho (2010) descreve como “estilo informal” o uso do indicativo no lugar do subjuntivo, como em “*Eu quero que você faz isso pra mim*” (CASTILHO,

2010, p.328). Segundo o autor, há uma preferência por essa forma na produção de sentenças imperativas no PB.

Posteriormente, na seção sobre modos verbais, Castilho (2010) aprofunda o estudo sobre como o Indicativo, o Subjuntivo e o Imperativo se manifestam no PB. Citando o trabalho de Ilari e Basso (2008a), o linguista concorda com o fato de que existe uma conexão entre os modos e a teoria dos atos de fala:

[...] a teoria dos atos de fala [...] separa cuidadosamente os conteúdos proposicionais e os usos que deles podemos fazer: um dos usos que ela estuda é a asserção, pela qual damos fê de que aquele determinado conteúdo se realiza no mundo; outro é a construção de situações imaginárias que não precisam corresponder pontualmente com aquilo que acontece no mundo, mas podem ser úteis como exercícios do pensamento; outra ação ainda, bem diferente da asserção e da suposição, é a ordem. (2008a: 316-317 *apud* Castilho, 2010, p.437)

O trecho acima descreve, portanto, que o modo Indicativo é a “asserção”, o Subjuntivo é a “construção de situações imaginárias” e o Imperativo “é a ordem”. Sob essa perspectiva, os autores ampliam a noção de modo na medida em que não tratam os conteúdos proposicionais e seus usos como restritos à Sintaxe e à morfologia verbal. Nas palavras de Castilho (2010), “uma operação linguística tão importante quanto é a avaliação sobre o que estamos falando, ao mesmo tempo em que falamos, não poderia ser entregue apenas à morfologia do verbo” (CASTILHO, 2010, p.438).

Em seguida, o autor explica como o Imperativo no PB se tornou o que hoje estudos sociolinguísticos sobre o tema apontam: uma alternância entre as formas do Indicativo e do Subjuntivo. Castilho (2010) esclarece que

A P2 apresenta uma forma etimológica: cf. latim P2 canta > canta, cantate > cantai; debe > deve, debete > devei; parte > parte, partite > parti. Nas outras pessoas, o imperativo tomou de empréstimo formas do subjuntivo. Mas por que o subjuntivo haveria de figurar na linha auxiliar do imperativo? Porque historicamente o subjuntivo latino resultou da confluência de dois modos verbais diferentes do indoeuropeu, o optativo e o subjuntivo das subordinadas. É o antigo optativo que opera no imperativo da P1 e da P3. Esquecida essa história, as gramáticas escolares criaram uma regra mnemônica, ensinando que o imperativo da P2 singular e plural corresponde ao presente do Indicativo, subtraído o {-s}. (CASTILHO, 2010, p.439)

Além desta confusão de informações, Castilho (2010) também pontua uma modificação no quadro pronominal do PB, em especial a inserção do pronome *você*, que é gramaticalmente de P3 – não nos esqueçamos da mudança de *Vossa Mercê* para *você* –, e discursivamente um pronome de 2ª pessoa, ocasionando uma alternância entre *tu* e *você*. Por consequência, a combinação desses dois fatores descritos acima resultou no

revezamento entre a forma do indicativo e subjuntivo. Dado esse cenário, o autor observa que “(...) o imperativo mais parece uma corda bamba estendida entre o discurso (mais propriamente, um ato de fala ilocutório) e a gramática (mais propriamente, as flexões verbais)” (CASTILHO, 2010, p.440), de forma a despertar o interesse dos sociolinguistas variacionistas sobre o fenômeno em questão.

Por fim, Rumeu (2016), em *Formas Variantes do Imperativo de Segunda Pessoa nos Séculos XIX e XX: a expressão do social*, analisa a variação do imperativo em contextos de *tu* e *você* na escrita carioca culta da segunda metade do século XIX até a primeira metade do século XX, considerando as influências das categorias de gênero e faixa etária. O objetivo principal do trabalho, segundo a autora, e o que nos interessa para o presente trabalho, é averiguar possíveis vestígios do imperativo abrigado neste período de forma a aproximar a realidade atual do PB a sincronias passadas. Além disso, outras hipóteses levantadas pela autora são:

(I) conjectura-se que, na escrita culta carioca oitocentista e novecentista, o *você* se mostrasse bem mais produtivo, sobretudo nas construções de imperativo estruturadas com formas de subjuntivo, ainda que em alternância com as formas de indicativo (imperativo abrigado); (II) prevê-se que o gênero e a faixa etária dos missivistas já sugerissem, em algum nível, indícios do avanço do imperativo abrigado em fins do século XIX (...) (RUMEU, 2016, p. 314)

É importante ressaltar a análise que a autora faz do pronome *você* e do seu papel no estudo do imperativo no PB. Como discutido anteriormente nesta seção, ainda que *você* seja gramaticalmente um pronome de P3, observam-se traços semânticos de P2. Portanto, “(...) neutralizaram-se, nas formas *tu canta, você canta, ele/ela canta*, as distinções formais entre formas de P2 e de P3 relacionadas aos pronomes de P2, *tu* e *você*” (RUMEU, 2016, p.316). Aos olhos da autora, portanto, a variação do imperativo, olhando para a distinção morfológica, está associada à neutralização formal entre a P2 e a P3.

Em relação ao corpus utilizado, foram analisadas 158 cartas da família carioca Pedreira Ferraz-Magalhães considerando os seguintes procedimentos: o perfil dos missivistas com base em gênero, faixa etária, nível de escolaridade e função social; comprovação de que foram realmente escritas pelos devidos membros da família Pedreira Ferraz-Magalhães; por fim, as missivas foram editadas sem que aspectos textuais como grafia e pontuação típicos do fim do século XIX e início do século XX fossem alterados (RUMEU, 2016, p.320).

Em seguida, as seguintes categorias foram estabelecidas:

(I) as formas imperativas de 2P vinculadas ao indicativo ou ao subjuntivo aos quais os dados estavam vinculados como evidência da variável dependente; (II) a forma de tratamento específica na função de sujeito de 2P (carta de *tu-suj.*, carta de *você/ (s)-suj.*, carta de *tu* e *você* (mista), carta com outra forma nominal de tratamento na referência ao sujeito de 2P do discurso; (III) o tipo de conjugação verbal (1ª, 2ª, 3ª conjugações); (IV) o número de sílabas do verbo em sua forma não finita; (V) o paralelismo formal e semântico; (VI) o paralelismo fônico; (VII) a polaridade da estrutura (negativa *versus* afirmativa); (VIII) o gênero do missivista (masculino ou feminino); (IX) a faixa etária do missivista (jovem, adulto e idoso) (RUMEU, 2016, p.320)

Isto posto, as tabelas 1 e 2 a seguir mostram a configuração das construções imperativas encontradas nas missivas oitocentistas e novecentistas. A primeira tabela reúne dados sobre as formas de indicativo e subjuntivo, enquanto a segunda apresenta apenas formas de indicativo:

Quadro 1 – O imperativo construído com formas de indicativo e de subjuntivo correlacionado às cartas de *tu* e *você-suj.* (misturas), cartas de *tu-suj.* e cartas de *você-suj*

SUJEITOS PRONOMINAIS DE 2ª PESSOA	IMPERATIVO DE 2ª PESSOA	
	INDICATIVO	SUBJUNTIVO
Cartas de <i>tu</i> e <i>você</i> (sujeito 2P)	136/295 (46%)	159/295 (54%)
Cartas de <i>você</i> (sujeito 2P)	13/122 (11%)	109/122 (89%)
Cartas de <i>tu</i> (sujeito 2P)	94/128 (73%)	34/128 (27%)
TOTAL	242/545 (45%)	302/545 (55%)

Fonte: Rumeu, 2016, pg. 322

Nas cartas de *tu* e *você-sujeito*, temos uma variação entre as formas indicativa e subjuntiva bastante próxima, com 46% e 54% de ocorrência, respectivamente. Já nas cartas de *você-sujeito*, ainda que os percentuais mostrem a clara preferência pela forma subjuntiva, quantificando 89% das ocorrências, é possível perceber um certo crescimento da forma indicativa nesse contexto, como previra Scherre (2004, 2007). Além disso, de acordo com Rumeu (2016), as cartas de *tu* e *você* são reveladoras, pois indicam “(...) o processo de reorganização do quadro pronominal do PB (...)” (RUMEU, 2016, p.322), afetando também a formação e percepção das sentenças imperativas pelos falantes.

A seguir, vejamos como o imperativo relacionado apenas à forma indicativa é retratado na tabela 2:

Quadro 2 – O imperativo construído com formas de indicativo em cartas de *tu*, em cartas de *você-suj.* e em cartas de *tu-suj.*

SUJEITOS PRONOMINAIS DE 2ª PESSOA (NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA: .000)	IMPERATIVO DE 2ª PESSOA (XIX-XX)	
	INDICATIVO	
	OCORRÊNCIAS (%)	PESOS RELATIVOS
Cartas de <i>tu</i> e <i>você</i> (sujeito 2P)	129/232 (55%)	0.534
Cartas de <i>você</i> (sujeito 2P)	13/232 (05%)	0.142
Cartas de <i>tu</i> (sujeito 2P)	90/232 (39%)	0.807
TOTAL	232/508 (46%)	0.457

Fonte: Rumeu, 2016, pg. 326

Embora o quadro aponte uma baixíssima ocorrência de indicativo em cartas de *você-sujeito*, totalizando apenas 13 dados de 232 (05%), nota-se que, no contexto de alternância entre *tu* e *você*, o uso do imperativo associado ao indicativo aconteceu em 129 dos 232, ou seja, 55% de ocorrência. Tais índices vão ao encontro do que Scherre (2004; 2007) descreve sobre o aumento do imperativo associado ao indicativo em contexto de uso do pronome *você* no período que compreende os anos 70 até o final da década de 90.

Os achados de Rumeu (2016) são relevantes pois mostram o início do que Scherre (2004; 2007) e Castilho (2010) já descrevem sobre a disputa entre as formas indicativas e subjuntivas na expressão do imperativo em sincronias passadas e que se conecta com a realidade atual do PB: a preferência pela forma indicativa, além da alternância entre os pronomes *tu* e *você* como 2ª pessoa do singular. Ou seja, Rumeu (2016) traça o começo do processo de variação da expressão do imperativo.

Feita a revisão da literatura sobre o tema, constata-se que a descrição sobre o imperativo no PB concentra-se na análise do uso das formas indicativa e subjuntiva, porém pouco se diz a respeito de outras construções, outras estratégias linguísticas que podem ativar uma leitura imperativa. A seguir, a seção abaixo tratará dos pressupostos teóricos sobre os quais este trabalho está fundamentado. Discutiremos resumidamente sobre cada um deles, ressaltando os aspectos que norteiam a nossa análise.

3. Pressupostos teóricos

Nesta seção, apresentaremos as bases teóricas que norteiam a nossa análise. Discutiremos, pois, como a Sociolinguística Variacionista e a Teoria dos Atos de fala – em relação a esta, daremos ênfase aos atos de fala diretivos – são adequadas para investigar as diferentes construções imperativas de 2SG no PB contemporâneo. Sendo assim, as próximas subseções estão organizadas da seguinte maneira: um breve resumo sobre cada linha teórica e como elas se aplicam ao fenômeno aqui analisado.

3.1 A Sociolinguística

A relação entre língua e sociedade nem sempre foi considerada como parâmetro de estudo e análise na Linguística. O caráter aparentemente caótico da variação linguística – equivocadamente associada apenas à fala – foi tratado, por décadas, como algo impossível de ser sistematizado. Vale lembrar que a corrente gerativista, ainda hegemônica, enxergava as variantes linguísticas como pertencentes ao âmbito do desempenho, sendo pouco consideradas nos estudos formais, cujo foco era a competência linguística, ou seja, a capacidade do indivíduo de produzir sentenças variadas de acordo com sua gramática internalizada. A preocupação em verificar quais fatores influenciam, por exemplo, o uso variável de *a gente* e *nós* na expressão da 1ª pessoa do plural, não era o foco dos estudos em Linguística na época.

No entanto, a partir dos anos 1960, alguns linguistas começaram a refletir se a língua falada era realmente caótica, heterogênea e assistemática. Se esse fosse o caso, como era possível que os falantes de uma mesma língua, mas de regiões distintas, conseguissem se entender? Refletindo sobre essa dinâmica, foram feitos estudos mais detalhados sobre o aspecto heterogêneo e diversificado da língua falada, investigando e descrevendo a relação entre língua e sociedade. Assim surgiu a Sociolinguística, que, em resumo, é “uma das subáreas da Linguística e estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala” (MOLLICA, 2019, p.9). É importante ressaltar, porém, que essa combinação já fora apontada por alguns estruturalistas nas décadas de 1920 e 1930.

Sendo assim, a Sociolinguística coloca a heterogeneidade, “(...) presente em todas as línguas naturais humanas” (MOLLICA, 2019, p.9), no centro das atenções dos seus estudos. Sob esta perspectiva, as alternâncias de uso podem ser descritas e analisadas cientificamente, visto que não só fatores linguísticos, mas também fatores sociais influenciam a variabilidade da língua. De acordo com Mollica (2019), “tais

fatores são também referidos como variáveis independentes, no sentido que os usos de estruturas linguísticas são motivados e as alternâncias configuram-se por isso sistemáticas e estatisticamente previsíveis.” (MOLLICA, 2019, p. 10)

Dos trabalhos pioneiros em Sociolinguística, destacam-se os do estadunidense William Labov. O modelo proposto por Labov na década de 1960 é um esforço para compreender a variação linguística e responder algumas perguntas que ainda restavam. Para isso, o linguista analisou e descreveu o inglês na Ilha de Martha’s Vineyard, em Massachusetts, assim como realizou um estudo sobre a estratificação social em Nova York, no bairro do Harlem, onde o foco de análise era o inglês vernáculo de jovens negros.

Essa proposta objetivava também estudar a variação linguística considerando fatores linguísticos – ou seja, tudo que diz respeito à língua e sua estrutura interna, como, por exemplo, a morfologia e a sintaxe – e fatores extralinguísticos, como gênero, faixa etária, classe social etc. A partir disso, investiga-se o grau de relevância desses fatores em determinado fenômeno, analisando se tais aspectos influenciam ou não uma variante. É possível também determinar, através desses fatores, o grau de estabilidade de um fenômeno variável, isto é, se a variação das formas estudadas se mantém a um certo nível ou se há uma mudança em curso, privilegiando uma forma em detrimento da outra.

Tendo em vista os pontos levantados acima, consideramos que a expressão do imperativo na 2ª pessoa do singular é um fenômeno variável, visto que os falantes se utilizam de diversas construções para convencer alguém a fazer algo, isto é, para ordenar, pedir, sugerir etc., e que fatores extralinguísticos e intralinguísticos influenciam o uso de uma ou outra construção. Além disso, a variação da expressão do imperativo está diretamente relacionada a outro fenômeno amplamente estudado pela Sociolinguística: o uso variável dos pronomes *tu* e *você*. Pesquisas revelam que a variação entre *tu* e *você* pode ter gerado algum reflexo no imperativo na medida em que, *discursivamente*, ambos os pronomes se igualaram. Em estudo de mapeamento desses pronomes, Scherre *et al.* (2015) apresentam seis subsistemas dos pronomes de 2ª pessoa “você” e “tu” no PB. O subsistema 6 *você/tu sem concordância* – ou seja, *você fala/tu fala* – abrange a maior parte das regiões brasileiras, com exceção ao Sul do país, o que revela a alta variabilidade dessas formas.

Esta realidade se conecta com a explicação dada por Castilho (2010) sobre a relação entre os pronomes de P2 e as formas indicativa e subjuntiva que disputam

espaço na expressão do imperativo, discutida na seção de Revisão do tema. Para além desse cenário, Braga (2011) observa que, em sentenças imperativas, a forma indicativa – que, historicamente, estaria relacionada ao pronome *tu* – envolve interações de menor polidez, ao passo que a forma subjuntiva, historicamente ligada ao pronome *você*, envolve interações de maior polidez. Ao final, analisar a variação dos pronomes de 2ª pessoa do singular inclui a expressão do imperativo – e este, indubitavelmente, também abarca os atos de fala.

3.2 A teoria dos atos de fala

Em *How to Do Things With Words* – em português, “Quando Dizer é Fazer” –, um conjunto de conferências publicado em 1962, John Langshaw Austin discute o que seriam os atos de fala. Nesta publicação, o autor critica a percepção de que a língua e os enunciados produzidos pelos falantes seriam formas diretas de representação da realidade, passíveis apenas de serem julgados como falsos ou verdadeiros ou como afirmação sobre o estado de algo. Mais do que isso, segundo Austin, tudo que é produzido pelos falantes de quaisquer línguas reflete a maneira como eles agem no mundo. Essa perspectiva foi ampliada posteriormente por John Searle nos livros *Speech Acts: an essay in the philosophy of language* (1969) e *Expression and Meaning: studies in the Theory of Speech Acts* (1979).

A base do pensamento de Austin está nos chamados *enunciados performativos*, que configurariam uma ação, em determinados contextos, no simples ato de dizer. Neste caso, o enunciado “*Eu declaro esta seção encerrada*”, promovida por um juiz em um tribunal, constitui-se como um ato: o de encerrar algo. Deste modo, Austin distingue três tipos de atos: o ato locucionário, que é a comunicação em si, a habilidade de enunciar; o ato ilocucionário, que corresponde às intenções de quem produziu o enunciado; e o ato perlocucionário, referente ao efeito conseguido através do ato ilocucionário sobre o ouvinte.

Ao retomar e reformular a proposta de seu antecessor, Searle (1979) estabelece cinco grandes atos ilocucionários: os *assertivos*, com os quais dizemos como as coisas são; os *diretivos*, com os quais tentamos persuadir os outros de fazerem algo que queremos; os *promissivos*, quando prometemos fazer coisas; os *expressivos*,

relacionados aos nossos sentimentos e atitudes; e os *declarativos*, quando nossos enunciados provocam mudanças no mundo (SEARLE, 1979, p.8).

O autor também analisa as condições de felicidade ou sucesso impostas aos enunciados a fim de que se cumpram seus respectivos objetivos. As condições propostas por Searle (1975) são: (i) a condição preparatória, que diz respeito às exigências ou premissas baseadas no mundo real; (ii) o conteúdo proposicional, ou seja, aquilo que está restrito ao conteúdo da sentença; (iii) as condições de sinceridade, que estão relacionadas a sentimentos, crenças e intenções; e (iv) a condição essencial, que define a que ato corresponde aquilo que foi dito.

Dentre os atos reformulados por Searle (1979), nos interessam os atos *diretivos*, pois esses têm relação direta com o modo imperativo. É através deles que tentamos convencer alguém a fazer algo. Nesse sentido, a persuasão pode ser feita de forma atenuada, surgindo a *sugestão*, o *conselho*, o *pedido*, ou de forma agravada, como a *ordem* e a *ameaça*. A nossa análise, portanto, também investigará as diferentes construções e estratégias utilizadas pelos falantes na realização de atos de fala diretivos.

3.2.1 Os atos de fala diretivos

Em sua dissertação de mestrado, Berre (2007) descreve que o objetivo dos atos de fala diretivos é fazer com que o ouvinte execute aquilo proposto pelo falante. Para isso, o falante ora se utiliza de estratégias mais polidas, que dão origem ao *convite*, à *sugestão*, ao *pedido* etc., ora de estratégias menos polidas, por exemplo, uma *ordem*, uma *ameaça*, um *desafio* etc. (BERRE, 2007, p.17). O grau de polidez dependerá, portanto, da relação entre falante e ouvinte.

Essa relação entre emissor e receptor é de grande interesse para o estudo dos atos de fala diretivos, visto que, ao tentar persuadir alguém a fazer algo, subentende-se que há uma relação de poder entre aquele que projeta uma ordem ou um pedido e aquele a ser persuadido. No entanto, ainda que a relação de poder esteja estabelecida, o ouvinte pode esquivar-se do poder exercido sobre ele ao não corresponder àquilo que foi pedido/comandado pelo falante.

Não é difícil resgatarmos inúmeras situações cotidianas nas quais presenciamos um pedido ou uma ordem sendo sabotados por seus interlocutores. Isso reforça, portanto, que os atos de fala diretivos se constituem de estratégias complexas e, por

consequente, inúmeras possibilidades de construções que garantam o sucesso da imposição aplicada. Ademais, é necessário considerar aspectos contextuais e culturais que influenciam ou privilegiam determinadas estratégias. Os atos de fala diretivos, portanto, apresentam um caráter complexo e diverso, de forma que reúnem não só questões intralinguísticas – em especial, fatores semântico-pragmáticos – mas também extralinguísticas.

Em síntese, lançamos mão, nesta monografia, de instrumentos teóricos a fim de descrever e analisar a expressão do imperativo no PB. Da Sociolinguística laboviana, exploramos os aspectos relacionados à variação de 2ª pessoa do singular no imperativo e da teoria dos Atos de Fala, especificamente dos atos de fala diretivos, utilizamos os conceitos semântico-pragmáticos que explicam os traços característicos deste tipo de enunciado.

4. Metodologia

Para o presente trabalho, foram analisados 38 esquetes humorísticos do coletivo *Porta dos Fundos*, postados no canal do *YouTube* entre treze de agosto de 2012 e seis de junho de 2020. Da análise desses vídeos, coletamos 357 ocorrências de construções imperativas. Antes de iniciarmos efetivamente o levantamento dos dados para a pesquisa, contatamos o coletivo por e-mail para que este pudesse fornecer os roteiros dos vídeos. Contudo, obtivemos a resposta de que não havia um roteiro fixo para a elaboração dos esquetes e que grande parte das falas eram improvisadas. O único material escrito disponível eram as legendas dos vídeos, geradas e atualizadas automaticamente no próprio *YouTube*.

Seguindo os pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista, optamos por registrar as ocorrências das construções imperativas com base no que os atores produziram oralmente, em vez de olharmos para as legendas disponibilizadas. Sendo assim, toda vez que encontrávamos dados de imperativo, o vídeo era interrompido para que os dados fossem transcritos em um documento do *Microsoft Word*. Nele, registrávamos as informações gerais, como o nome dos vídeos, a data e um breve resumo sobre as cenas. Os esquetes foram reassistidos diversas vezes como forma de nos assegurarmos do que foi efetivamente produzido.

Em seguida, as informações contidas no documento do *Microsoft Word* foram transferidas para o programa *Microsoft Excel*, para a melhor organização e disposição dos dados transcritos em uma planilha, na qual inserimos, por colunas, as variáveis a

serem controladas. Os gráficos e tabelas também foram gerados através do programa *Microsoft Excel*. As subseções a seguir tratam sobre, respectivamente, a escolha do *corpus* deste trabalho e as variáveis controladas.

4.1 A escolha do *corpus*

A fim de investigar as construções imperativas no PB, acreditamos ser essencial escolher adequadamente o gênero discursivo do *corpus* de análise, uma vez que alguns textos e situações comunicativas são mais favoráveis ao aparecimento de determinadas variáveis linguísticas do que outros. Como nossa pesquisa almeja obter e analisar dados que mais se aproximam de uma fala espontânea, optamos pelo gênero *esquete*, mais precisamente os esquetes humorísticos do coletivo *Porta dos Fundos*, criador do canal de mesmo nome no *Youtube*, onde essas cenas são postadas regularmente.

Por um lado, é necessário pontuar o caráter ficcional dos esquetes, cujas principais características são o uso da ironia, o caráter satírico, o tom de denúncia normalmente associado a problemas sociais e a forma caricata de representação. Por outro lado, defendemos que, apesar desses aspectos apontados, o gênero é pertinente para a análise devido a seu grau de aproximação com situações cotidianas. Os esquetes examinados na pesquisa foram projetados por um coletivo de atores, roteiristas e diretores com o intuito de representar interações sociais reais; conseqüentemente, a maneira como os personagens falam tende a se assemelhar à linguagem do cotidiano.

Além disso, ao entrarmos em contato com o coletivo *Porta dos Fundos*, nos foi informado que os esquetes não possuem um roteiro fixo: grande parte das falas dos atores é improvisada, o que contribui para uma maior naturalidade nas cenas e um menor grau de monitoração do que é dito e, principalmente, de como é dito. Essa particularidade parece reforçar a questão da verossimilhança das cenas em relação àquilo que é encenado pelos atores com situações comunicativas reais.

Ainda sobre as características do gênero *esquete*, Travaglia (2013) descreve o seguinte:

o esquete é considerado um gênero oral porque tem como suporte a voz humana (vista como a característica particular que tem o som produzido pelo aparelho fonador) e que foi produzido para ser realizado oralmente, utilizando-se a voz humana, independentemente de ter ou não uma versão escrita. (TRAVAGLIA *et al*, 2013, p.4 *apud* TRAVAGLIA, 2017, p.116)

Ou seja, além do roteiro flexível e do improviso, as características supracitadas por Travaglia (2013) nos permitem defender que os esquetes constituem um *corpus*

interessante, passível de ser analisado e compatível com o foco deste trabalho. O autor também destaca que “os esquetes contêm sempre uma situação em uma área qualquer da vida social e registram um amplo leque de vivências diversas em que estamos envolvidos por meio dos personagens apresentados e de suas ações” (TRAVAGLIA, 2017, p.119). Logo, consideramos que os esquetes são materiais adequados para a nossa análise, pois além de apresentar características de um gênero oral, são cenas que representam relações entre família, amigos, chefe e funcionário etc.

Dentro das representações citadas, podemos averiguar o caráter assimétrico resguardado por algumas relações, como em chefe/funcionário – uma característica tida como essencial para a produção de sentenças imperativas, de acordo com análises mais clássicas. Além disso, o caráter dialógico das cenas também favorece o uso de estratégias linguísticas envolvendo a segunda pessoa do singular, fator essencial para viabilizar o estudo de construções imperativas.

O *corpus* em si é bastante variado no que diz respeito à temática. Há cenas que representam interações entre amigos, família, casais, desconhecidos etc., nas mais diversas situações cotidianas, como, por exemplo, um café da manhã em família, uma reunião entre amigos, uma consulta médica, um processo de demissão, entre outros. Acerca dos diálogos entre os atores, há esquetes feitos em duplas ou em grupo (mais de dois atores).

Em relação aos atores, o coletivo conta com um elenco principal para os esquetes. Alguns atores, como é o caso de Clarice Falcão e Marcus Majella, faziam parte do elenco fixo até determinado momento, porém, já não integram mais o corpo fixo de atores atualmente. Outros, como Karina Ramil, Bianca Frossard e Tânia Queiroz, aparecem em nosso *corpus*, mas são atores menos regulares ou convidados. Sendo assim, a mais recente configuração do grupo conta com 34 atores cariocas/fluminenses e 14 de outros estados da região Centro-Sul. Portanto, os dados da nossa amostra foram obtidos majoritariamente dos diálogos envolvendo atores e atrizes do Rio de Janeiro. Apesar da diferença de naturalidade entre alguns, pesquisas recentes (cf. SCHERRE, 2004; 2007; SCHERRE *et alii*, 2015) mostram um comportamento similar da região Centro-Sul em relação às construções imperativas de 2ª pessoa do singular.

Isso posto, os atores que integram o nosso *corpus* são Antonio Tabet, Bianca Byington, Bianca Frossard, Clarice Falcão, Evelyn Castro, Fabio de Luca, Fábio Porchat, Gabriel Aglio, Gregório Duvivier, João Bravo, João Vicente de Carvalho,

Karina Ramil, Julia Rabelo, Letícia Lima, Luis Lobianco, Marcus Majella, Marina Wilson, Noemia Oliveira, Pedro Benevides, Rafael Infante, Rafael Portugal, Tânia Queiroz, Thatiane Lopes e Yasmin Galvão. Feitas essas considerações sobre o *corpus*, partimos agora para as variáveis controladas neste trabalho.

4.2 As variáveis controladas

Apresentamos, a seguir, as variáveis controladas que puderam ser efetivamente analisadas a partir dos dados extraídos dos esquetes¹: (i) *tipo de construção imperativa*, (ii) *formas de segunda pessoa na posição de sujeito* e (iii) *ato de fala*. A seguir, descrevemos brevemente cada variável analisada:

(i) *Tipo de construção imperativa*

As análises das sentenças imperativas – sejam as que estão nas gramáticas tradicionais ou as que constam na maioria dos estudos linguísticos recentes – normalmente focalizam a distinção morfológica do modo verbal, baseada em exemplos como *Abra/Abre a janela* e *Não fala/fale assim*. Já em materiais didáticos, nem mesmo essa distinção é mencionada, apresentando-se apenas o aspecto semântico. Sendo assim, é imprescindível uma descrição mais ampla e detalhada sobre o tema da imperatividade em português.

Searle (2012) explica que os atos diretivos não são uma representação direta do mundo – diferentemente das afirmações e asserções –, mas sim de como o enunciador

¹ Inicialmente, quando o foco da pesquisa era apenas a expressão do imperativo verbal, a ideia era analisar dezesseis variáveis independentes, sendo doze linguísticas e quatro extralinguísticas, a maior parte delas baseada na literatura sobre o tema. No entanto, após o levantamento dos dados, encontramos outros tipos de construções imperativas, para as quais a maior parte das variáveis previstas não se aplicaria. Decidimos, portanto, manter apenas as variáveis que poderiam ser analisadas em todas as construções.

gostaria que fosse, o que implica condições de sucesso ou fracasso. Por isso, o autor defende que atos diretivos “têm direção de ajuste *mundo-para-palavra*” (SEARLE, 2012, p. 25), isto é, que se a intencionalidade é atingida com sucesso, há um ajuste do mundo e como ele é representado na mente. Nesse sentido, nos atos de fala diretivos, o falante cria diversas estratégias discursivas para perseguir a concretização da sua intencionalidade e, por conseguinte, o sucesso desta sobre o ouvinte. Logo, essas estratégias discursivas resultam em diferentes formas de construirmos sentenças imperativas.

É importante frisar que não inserimos nas análises os chamados marcadores discursivos, como “*Olha aqui*” e “*Vem cá*”, assim como usos modais, como em “*Pode falar*” ou frases com “*tem que + verbo*”, pois acreditamos que esses casos constituem fenômenos linguísticos que se afastam da questão central desta monografia: a expressão do imperativo e sua relação com a variação *tu* e *você* no PB. Sendo assim, as construções imperativas consideradas nesta pesquisa foram as seguintes: (a) *imperativo verbal canônico*; (b) *construções com sujeito + verbo no indicativo*; (c) *enunciados interrogativos*; (d) *construções com verbos causativos*; (e) *construções avaliativas*; (f) *construções com verbo volitivo*. Comentamos, na sequência, as características que particularizam cada tipo mencionado.

a) *Imperativo verbal canônico*

Chamamos essas sentenças de canônicas por estarem relacionadas ao modo verbal e à distinção morfológica. São os enunciados mais utilizados nas gramáticas e materiais didáticos como exemplos prototípicos da expressão do imperativo. Nestas construções, encontramos o que Scherre (2004) denomina como imperativo verdadeiro, imperativo supletivo e imperativo abasileirado. O imperativo verdadeiro é composto pela forma indicativa associada à referência tratamental do pronome *tu*; o imperativo supletivo, pela forma subjuntiva associada à referência do pronome *você*; o imperativo abasileirado, fruto do sincretismo entre paradigmas de tratamento diferentes, corresponde ao uso da forma verbal no indicativo associada à referência do pronome *você*.

Logo, as sentenças (1), (2) e (3) correspondem a casos de imperativo abasileirado (*você*-indicativo), (4) e (5) são casos de imperativo verdadeiro (*tu*-indicativo) e a sentença (6) é um dado de imperativo supletivo (*você*-subjuntivo):

1. Mata, Gláucio, por favor. (Episódio *Barata no banheiro*)
2. Não mente pra mim, Roberto, não mente! (Episódio *Gostosa*)
3. Abre o coração pro teu pai, vai. (Episódio *COACH*)
4. Fala o que tu quer, c***! (Episódio *Água na Boca*)
5. Sente o cheiro... (Episódio *Água na Boca*)
6. Se inscreva no nosso reality show e quem sabe, depois de dois anos, o Multishow não te contrata também?! (Episódio *Futuro Ex-Porta*)

b) *Construções com sujeito + verbo no indicativo*

Nesse grupo, encontramos frases aparentemente declarativas que apresentam um sujeito pronominal de 2ª pessoa do singular preenchido ao lado de um verbo flexionado na forma de 3ª pessoa do singular. No entanto, dentro da situação comunicativa em que foram encontrados, esses dados admitem a leitura imperativa, analisável graças à natureza audiovisual do *corpus*, que nos permitiu verificar o uso dessas frases dentro de contextos de interação específicos. É possível que, em gêneros escritos e sem elementos que garantam certa dialogicidade, frases similares a essas não pudessem ser analisadas como imperativas, mas sim como declarativas ou assertivas. Uma frase como “Você lava, guarda as louças e põe a comida do cachorro” pode se referir a um indivíduo A enumerando as tarefas que B faz no dia a dia, como forma de exaltá-lo, ou ordens de uma mãe para um filho, por exemplo. A situação comunicativa e a modalidade podem influenciar na percepção de um enunciado como imperativo.

São exemplos as seguintes construções:

7. Você para de frescura que a gente já conversou sobre isso! (Episódio *Casal normal*)
8. Tu vai se inscrever nesse canal, vai indicar mais dois amigos teus para se inscrever nesse canal também... (Episódio *Ordem Divina*)
9. Você não coça que se coçar vira um gudonhão gigante. (Episódio *Criação*)

c) *Enunciado interrogativo*

De acordo com o que discutimos anteriormente sobre o ajuste “mundo-para-palavra”, as questões sobre intencionalidade e condições de sucesso, acreditamos que determinados enunciados interrogativos também fazem parte do que estamos considerando como *imperativo*, ou melhor, atos de fala diretivos. É evidente que perguntas como “Qual é a cor do céu?” não podem ser consideradas como um ato de fala diretivo. No entanto, em certos enunciados interrogativos, como “Vai na padaria pra mim e compra um real de pão?”, “Você pode me dizer onde fica a padaria?” ou “Me passa o açúcar?”, há uma intenção, por parte do falante, de *convencer* ou *persuadir* o ouvinte a fazer algo. Na proposta de Brown e Levinson (1987) para classificar os atos diretivos, sentenças como essas estão no nível “indireto convencional”, no qual o falante

indiretamente impõe o comando sob o ouvinte, utilizando frases que, normalmente, não causam estranheza ou ambiguidade por serem convencionalizadas. Logo, tratando-se de enunciados interrogativos, estamos nos referindo a construções como as dos seguintes exemplos:

10. Será que você pode repetir essa parte que foi golpe? (Episódio *Escola sem partido*)

11. Você me ajuda? (Episódio *Emprestando*)

12. Você volta daqui a um mês para os exames de rotina? (Episódio *Médico Vidente*)

d) Construções com verbo causativo

Neste grupo, estão construções que exprimem uma relação de causa e efeito estabelecidas pelo verbo causativo da oração principal e pelo verbo no infinitivo da sentença completiva. A leitura diretiva é assegurada, nestes casos, pelo verbo causativo na oração principal. Travaglia (2007) descreve a gramaticalização dos verbos “passar” e “deixar” no PB e cita, como valores lexicais de “deixar”, por exemplo, as noções de “ceder”, “conceder”, “proporcionar” e “facultar” (TRAVAGLIA, 2007, p.4). É importante frisar que separamos estas construções das classificadas como imperativo verbal canônico, porque o conjunto de verbos dessas sentenças são um grupo restrito – os mais utilizados são *deixar* e *mandar* – além de constituírem atos de fala mais específicos, como *permissão*, *autorização*, *proibição* etc. Como as construções causativas apresentam uma série de particularidades que as diferem das ocorrências de imperativo verbal canônico, resolvemos registrá-las em um grupo à parte.

Alguns exemplos encontrados no nosso *corpus* são:

13. Deixa eu ver essa língua! (Episódio *Coisas de Casal*)

14. Então manda ele se foder. (Episódio *Meu corpo, minhas regras*)

15. Agora deixa eu chamar o Jonas que eu tenho que falar com ele também. (Episódio *Governo RH*)

e) Construções avaliativas

As construções desse grupo trazem mais um fato interessante sobre a expressão da imperatividade. Aqui, a palavra “melhor” é o que confere aos enunciados o caráter

diretivo, assim como atribui a eles uma noção de avaliação por parte do falante. O mesmo efeito é possível com o adjetivo “bom”, como em “*Acho bom você perguntar a ele primeiro antes de tomar qualquer decisão*”. Braga (2016) também registra a sentença “Tá na hora de você dizer quanto é que tem pra mim” (BRAGA, 2016, p. 127) como outro exemplo de construção avaliativa. Pare este grupo, consideramos apenas as ocorrências de caráter dialógico, em que o sujeito da oração completiva tinha sempre referência à 2ª pessoa do singular. Ou seja, casos como “É melhor eu ir para casa” ou “É melhor nós não tocarmos no assunto” não foram considerados.

Os exemplos pertencentes a esse grupo são:

16. É melhor tu falar onde tã os teus parceiro, arrombado! (Episódio *Farinha*)
 17. Acho melhor você ir de calça jeans que o pessoal ali é meio certinho. (Episódio *Ordem divina*)

f) *Construções com verbo volitivo*

De acordo com Casimiro (2007), a modalidade volitiva ou volição é objeto de estudo em várias áreas das ciências humanas, embora existam poucos trabalhos sobre esse assunto. Em relação aos possíveis sentidos que a volição pode veicular, o autor descreve que “pode-se constatar que valores como vontade, desejo, intenção, esperança e promessa estão muito próximos ou podem mesmo aparecer associados, ao passo que designam algum tipo de intenção do falante com relação a um fato possível” (CASIMIRO, 2001, p.22). Nesse sentido, concordamos com a afirmação acima sobre as construções com verbos volitivos, acrescentando ao fato de que elas, normalmente, surgem quando há uma inversão de papéis entre os participantes da situação comunicativa – isto é, uma troca nas relações de poder – ou como estratégia de atenuação e cordialidade. Por isso, decidimos tratar as ocorrências desse tipo em uma categoria à parte. Essas construções configuram uma estratégia diferente das demais e, por isso, são passíveis de serem analisadas como um outro conjunto de construções. Nosso *corpus* apresentou apenas o exemplo a seguir como dado desse tipo de construção:

18. Eu quero que tu fique o dia inteiro aqui no meu lugar vendendo ovo, esgoelando, sentado ali no banco. (Episódio *A galinha chorou*)

(ii) *Formas de segunda pessoa na posição de sujeito*

Essa variável foi controlada da seguinte maneira: à medida que os dados eram registrados, analisávamos qual(is) forma(s) de tratamento de segunda pessoa (na posição de sujeito) o ator / a atriz que produziu a frase imperativa utilizava durante a cena. Em nossa amostra, as formas variantes de 2SG encontradas foram *tu*, *você*, *zero* (nenhuma forma de tratamento) e *senhor*. Quando os atores utilizavam mais de uma variante durante a cena, registrávamos como *tu/você*, *você/tu*, *você/zero*, *você/tu/senhor* etc. Dessa forma, aquele escrito primeiro, anterior à barra (/), correspondia ao pronome que foi mais utilizado. Se a frequência de uso fosse igual entre dois pronomes, computávamos na planilha de dados como *você=tu*, *tu=você*, *você=zero* etc.

Dessa forma, chegamos a cinco padrões de uso: *só tu* (quando apenas o pronome *tu* era utilizado), *só você* (quando apenas o pronome *você* era utilizado), *você/tu* (quando havia uso variável, na mesma cena, entre os dois pronomes), *zero* (quando nenhuma forma de tratamento era utilizada explicitamente) e *você/tu/senhor* (quando, na mesma cena, os três pronomes eram utilizados). É importante frisar que, neste último grupo, agrupamos dados referentes os seguintes padrões de uso, para fins de organização: *senhor*, *você/senhor*, *tu/senhor* e *você/tu/senhor*. Isso foi necessário porque obtivemos apenas um único dado de cada um desses padrões listados – ou seja, uma única sentença de *você/senhor*, outra única sentença de *senhor*, de *tu/senhor*, etc.

O controle das formas de segunda pessoa do singular foi necessário para investigarmos se esses usos influenciariam as construções imperativas. Estudos sociolinguísticos recentes (cf. SCHERRE, 2004; 2007; PAREDES SILVA *et al.*, 2000) avaliam que determinadas formas tratamentais tendem a favorecer, no caso das construções de *Imperativo verbal canônico*, ou a forma indicativa ou a forma subjuntiva. Paredes Silva *et al.* (2000) e Scherre (2004) verificam o “abrasileiramento” do imperativo ao registrarem a forma indicativa em contexto de uso do pronome *você* na posição de sujeito; Scherre (2007), ao traçar tendências gerais de favorecimento das formas variantes, alega que o pronome *tu* explícito no contexto favorece a forma indicativa e *você*, a forma subjuntiva.

Nessa lógica, decidimos verificar se as outras construções imperativas aqui encontradas (construção com sujeito + verbo no indicativo, enunciado interrogativo, construção com verbo causativo, construção avaliativa e construção com verbo volitivo) também são influenciadas pela forma de 2SG na posição de sujeito. Nossa hipótese é que essa influência está se perdendo gradativamente, de maneira que nem as outras

construções imperativas e nem os casos de *Imperativo verbal canônico* são favorecidos pelo uso de uma forma ou outra.

(iii) *Ato de fala*

Através dessa variável, procuramos averiguar se há alguma relação entre o tipo de ato de fala diretivo e o tipo de construção imperativa utilizada. Em outras palavras, investigamos se um ato de fala, por exemplo, de *ordem* estaria mais relacionado a uma construção *imperativa verbal canônica*, uma *construção avaliativa*, uma *construção com verbo volitivo* etc. Em estudo sobre a variação do modo imperativo em textos dramáticos produzidos na região Sudeste entre 1850 e 1975, Braga (2011) observa uma disputa entre as formas subjuntiva e indicativa em *comandos rudes* e *cordiais* e o uso categórico da forma subjuntiva nos tipos de atos diretivos *súplica* e *ofensa*. Logo, o autor observou uma correlação entre esses atos diretivos e construções que aqui chamamos de imperativas verbais canônicas.

Nossa hipótese é que algumas construções imperativas podem ser ativadas ou mais produtivas em determinados atos diretivos. Além disso, classificamos os diferentes tipos de atos observando a situação comunicativa encenada e a relação entre os personagens. Dessa forma, nomeamos onze tipos diferentes de atos diretivos: *ordem*, *pedido*, *sugestão*, *conselho*, *súplica*, *ameaça*, *permissão*, *aviso*, *desafio*, *proibição* e *instrução (orientação)*.

O primeiro ato diretivo a ser identificado foi a *ordem* ou *comando*. É importante ressaltar que, neste trabalho, não diferenciamos entre *comando rude* e *comando cordial*, pois, ao analisarmos a situação comunicativa na qual os personagens estavam inseridos e a relação entre eles, percebemos que as sentenças correspondiam, categoricamente, a um *comando rude*. Os dados obtidos e categorizados como *ordem* em nossa amostra são provenientes de relações entre, por exemplo, marido e mulher, policial e civil, chefe e empregado etc., nas quais há uma relação de poder envolvida. Portanto, consideramos como *ordem* os seguintes exemplos:

19. Vanda, traz a tesoura! (Episódio *Ciúmes*)

20. Roberto, fala quem é! (Episódio *Ciúmes*)

Os dois exemplos foram extraídos de uma cena em que os personagens de Fábio Porchat e Letícia Lima formam um casal. Nesse episódio, Letícia interpreta uma mulher

ciumenta, que desconfia da fidelidade do marido por qualquer motivo. Percebemos nesse esquete uma hierarquia na qual a personagem de Letícia domina a ação, ao passo que o personagem de Fábio demonstra ser mais passivo, ainda que se exaltasse nos momentos em que ele conseguia provar sua inocência.

Os dados classificados como *pedido* apresentaram, em sua maioria, uma relação inversa à exposta nos dados de *ordem*. Os personagens que não se encontravam em uma posição superior hierarquicamente tentavam, de alguma forma, convencer o outro a fazer algo utilizando diferentes estratégias que ora se refletiam na prosódia, ora na própria construção. Os exemplos são:

21. Traz dois completão aí pra mim. (Episódio *Miojeria gourmet*)
22. Deixa ele quietinho aí. (Episódio *Log out*)
23. Você me ajuda? (Episódio *Emprestando*)

Como podemos ver, as sentenças classificadas como *pedido* correspondem a tipos de construções diferentes: a frase (21) é referente a uma relação entre cliente e atendente. Em (22), temos outra cena de casal representada por Fábio Porchat e Letícia Lima. Em (23), os personagens interpretados por Fábio Porchat e Rafael Portugal são amigos.

Em relação às frases que envolviam os atos de fala de *conselho* e *sugestão*, faz-se necessário esclarecer que, por vezes, essas duas noções, para o senso comum, podem ser intercambiáveis. No entanto, ao olharmos para os dados, identificamos que há uma diferença entre os dois conceitos. O ato de fala *conselho* envolve algum tipo de *experiência*, ao passo que a *sugestão* não exige um compromisso com a experiência, podendo configurar um simples palpite, algo mais intuitivo. Logo, temos os seguintes exemplos:

24. Tá, mas fica atento que alguém da sua família pode ter esse problema. (Episódio *Médico vidente*) [conselho]
25. Corta a minha orelha e manda para um familiar. (Episódio *Ladrón*) [sugestão]
26. Aproveita então que você vai ao banco e leva umas roupas pra dar pra Igreja. (Episódio *Log out*) [sugestão]

Em (24), temos a relação entre médico e paciente, na qual o profissional de saúde, ao examinar o paciente, o questiona sobre um possível histórico familiar em relação a determinadas doenças. Diante da negativa do paciente, o médico o aconselha a estar atento caso saiba de algum diagnóstico familiar. Nesse sentido, assumimos que médicos conseguem detectar determinadas enfermidades tanto por fazer parte da formação enquanto profissionais da área quanto por prática, ou seja, a anamnésia, a

avaliação do paciente, os resultados dos exames etc., e que, por isso, a frase em questão seja um conselho.

Já os exemplos (25) e (26) foram interpretadas como exemplos do ato de fala *sugestão*: em (25), temos o personagem de Fábio Porchat no México, onde ele sofre uma tentativa de assalto. Para efeitos de humor, o personagem se comporta de forma despreocupada, afirmando que aquilo não o assusta e que ele não pode ser assaltado por ser do Brasil, apelando para o imaginário do brasileiro acostumado com a violência urbana. Ao final do episódio, ao ser sequestrado, o personagem faz sugestões de forma despreziosa, já que, na sua concepção, a situação não estava de acordo com o que ele considerava um “verdadeiro sequestro”. Em (26), a sugestão feita pelo marido é apenas um pretexto para o real motivo: fazer com que a esposa não olhe o computador e ache informações que poderiam compromê-lo. É apenas um palpite para desviar a atenção da mulher.

Analizamos como *súplica* os dados extraídos de episódios em que os personagens se encontravam em situações de grande tensão, como no exemplo (27), no qual se satiriza a instituição familiar em comerciais de margarina e (28) que critica o governo vigente, quando o chefe está demitindo o personagem de Gregório Duvivier por ele ser “muito inteligente”. Quando o chefe pede a ele para chamar um outro colega, o personagem de Gregório entra em desespero, pensando que o colega também será demitido:

27. Guarda essa arma, Márcio. (Episódio *Comercial margarina*)

28. Não, você não pode demitir o Jonas, ele é a pessoa mais burra que eu conheço, tadinho. (Episódio *Governo RH*)

Na sentença (29), temos um exemplo de enunciado analisado como *ameaça*. O dado refere-se a uma situação de interrogatório entre um policial e um traficante. Nela, o oficial da polícia encontra-se visivelmente alterado ao questionar sobre os comparsas e a droga apreendida. No final, descobre-se que o estado agressivo do policial é devido ao uso da própria substância apreendida, da qual ele faz questão de pegar algumas “amostras” para serem analisadas, o que dá o tom satírico do esquete em questão:

29. É melhor tu falar onde tão teus parceiros, arrombado! (Episódio *Farinha*)

Passemos agora a mais o ato de fala *permissão*: os dados categorizados nesse tipo de ato diretivo eram referentes a situações nas quais havia uma relação de superior > inferior entre os personagens. No entanto, diferentemente do que acontece, por

exemplo, na *ordem* – ato de fala cuja característica também envolve uma relação de poder – o emissor detém o poder de conceder algo que também seria a vontade do receptor. Geralmente, os atos de fala de *ordem* não apresentam essa nuance. Sendo assim, os exemplos abaixo dizem respeito a sentenças imperativas que projetam uma *permissão*. Em (30), temos uma cena entre psicólogo e paciente, na qual a sessão era interrompida a todo momento impedindo o andamento da conversa. Já em (31), uma relação entre vendedor e cliente, em que há uma disputa, pois este tentava persuadir aquele para levar os ovos. No final, o vendedor acaba por permitir que o cliente leve o produto sem que ele pague a quantidade em dinheiro requerida:

30. Pronto, fala. (Episódio *Terapia à distância*)

31. Leva teu ovo lá. (Episódio *A galinha chorou*)

Nas frases em (32) e (33), há exemplos do ato de fala diretivo de *aviso*. Dois amigos brasileiros estão em um bar na Argentina e uma notícia sobre a política brasileira é transmitida na televisão. Neste momento, um argentino, próximo à mesa deles, inicia uma conversa com outro falando sobre a corrupção no Brasil. O personagem de João Vicente de Castro, incomodado com os comentários, discute com o argentino argumentando que o sistema político argentino não é muito diferente do brasileiro:

32. Você lava a sua boca pra falar de político brasileiro. (Episódio *Qué pasa?*)

33. Você arruma seu inimigo próprio. (Episódio *Qué pasa?*)

As frases (34) e (35) são dados de sentenças imperativas que projetam o ato de fala de *desafio*. Ambas as frases compõe um cenário em que um personagem não acredita no que o outro está afirmando. Após insistirem que a situação contemplada ou aquilo que foi dito é verdadeiro, o personagem sendo questionado é desafiado a mostrar provas de que está certo, o que realmente acontece na cena do episódio *Tinder*, em que a personagem de Thati Lopes se surpreende ao perceber que o aplicativo de entregas *iFood* pode ser utilizado para outros fins, ao contrário da personagem interpretada por Noemia Oliveira, que é desafiada pelo personagem do ator Pedro Benevides a colocar seu CPF no site de consulta/decisão de créditos *Serasa* a fim de verificar seu status:

34. Então me mostra! (Episódio *Tinder*)

35. Vai, bota aí! (Episódio *Dívidas*)

O penúltimo ato de fala analisado foi o da *proibição*. Chamamos a atenção para o fato de que todos os dados interpretados dessa forma apresentaram palavras de negação “não” e/ou “nunca”. Além disso, os atos diretivos de *proibição* também envolvem algum nível de hierarquia entre os falantes do tipo superior > inferior, como, por exemplo, pai/mãe e filhos (36) ou, em alguns casos específicos, entre amigos (37):

36. Você não vai sair assim com essa roupa de puta! (Episódio *Comercial margarina*)

37. Não vai entrar não, não vai entrar. (Episódio *Porrada*)

Por último, temos o ato de fala denominado *instrução (orientação)*, que consiste em um direcionamento dado por alguém. Esse direcionamento pode estar relacionado a um movimento corporal, um passo a passo ou tutorial, à localização geográfica etc.:

38. Olha pra cá, acompanha com os olhos. (Episódio *Médico vidente*)

39. Pega a fruta, joga no cesto, é o corpo que gira. (Episódio *Balbúrdia*)

Reafirmamos que a análise dos atos de fala foi feita de acordo com a situação comunicativa dos esquetes, a relação entre os personagens. Além disso, não excluimos a possibilidade de que um mesmo dado possa representar atos de fala diferentes para falantes distintos.

5. Análise de dados

Nesta seção, faremos a apresentação e discussão dos resultados obtidos através dos dados dos esquetes humorísticos do canal *Porta dos Fundos*. No total, foram encontrados 357 dados de sentenças imperativas com referência à segunda pessoa do singular. Nesse conjunto, havia ocorrências de marcadores discursivos e sentenças com o verbo modal “poder”, que envolvem outras questões de análise linguística. Explorar adequadamente esses dados nos afastaria dos propósitos centrais desta monografia (que tem como foco central as construções com valor imperativo), razão pela qual optamos por não os computar na análise. Sendo assim, analisamos, de fato, um universo de 316 ocorrências.

Ao considerarmos apenas as construções de *Imperativo verbal canônico*, relacionadas à morfologia do modo verbal, os dados revelaram, de imediato, um uso praticamente categórico da forma indicativa, tradicionalmente associada ao tratamento da forma *tu*. Nossa previsão era de que teríamos um quadro de variação com os enunciados das formas subjuntiva (comumente relacionada ao pronome *você*) e indicativa. Contudo, obtivemos apenas uma única ocorrência da construção *Imperativo verbal canônico* com a forma subjuntiva, reproduzida no exemplo a seguir:

40. Se inscreva no nosso reality show e quem sabe, depois de dois anos, o Multishow não te contrata também?! (Episódio *Futuro ex-Porta*)

O enunciado acima foi extraído de um episódio cujo enredo simula uma entrevista com futuros candidatos a atores fixos para o canal *Porta dos Fundos*, no qual alguns atores interpretam a si mesmos na seleção. Dentre eles, está o ator Rafael Portugal, que interage com os “novatos” e os alerta sobre a rotatividade entre os atores e como a chegada dos dois pode ameaçar seu status de fixo no canal. No final da cena, é inserida a voz de um narrador – muito comum em chamadas de televisão e propagandas – convidando o telespectador a se inscrever no *reality* para ser o(a) novo(a) ator/atriz do *Porta dos Fundos*. O uso da forma subjuntiva nesse contexto parece coerente, uma vez que se trata de um momento menos dialógico e de propaganda de um produto – nesse caso, o “produto” é o *reality show*.

A característica dialógica dos esquetes humorísticos pode ter sido um fator que favoreceu o uso quase categórico da forma indicativa nas construções imperativas verbais canônicas do *corpus*, o que vai ao encontro da hipótese de Scherre (2004) (ver

página 14, na seção de “Revisão da Literatura”). Por isso, é interessante observar que o enunciado com a forma subjuntiva ocorre exatamente em um contexto em que é simulada uma propaganda de um *reality show*, na qual o grau de dialogicidade é menor. A título de exemplo, outras propagandas nacionalmente famosas também são expressas com a forma subjuntiva, como, por exemplo, “Beba com moderação” e “Compre Batom!”, das empresas Skol e Nestlé, respectivamente, em contraste com alguns dados da nossa amostra, produzidos no contexto de diálogo:

41. Bebe na moral, mas bebe na moral. (Episódio *Água na boca*)

42. Compra doce! (Episódio *Ladrón*)

Vale ressaltar que não é incomum encontrar enunciados com a forma indicativa em propagandas: é o caso exemplificado por Scherre (2004) com o jingle da Caixa Econômica Federal “Vem pra Caixa você também, VEM!”, no qual a autora analisa que fatores como rimas, vocativos e balões que servem para representar a língua falada são âncoras discursivas que garantem a leitura imperativa da forma indicativa em textos escritos não-dialógicos.

Devido à ausência de um quadro efetivo de variação para o estudo do imperativo verbal canônico, que, inicialmente, seria o nosso escopo analítico, decidimos observar outros aspectos dos enunciados imperativos presentes na amostra. O foco da nossa análise foi, portanto, redirecionado para outras construções que ativam uma leitura imperativa em vez de olharmos apenas para a alternância morfológica. A seguir, apresentaremos os resultados das variáveis controladas.

5.1 Índices da variável dependente: os tipos de construção

Expandindo o enfoque de análise para além do modo verbal, verificamos que a expressão do imperativo no PB se realiza através de vários tipos de construções. É importante, então, observar que construções distintas podem ativar leituras imperativas. Dessa forma, o fenômeno estudado é passível de ser analisado de maneira mais ampla e detalhada, condizente com a realidade linguística dos falantes do PB. Com isso, apresentamos a seguinte tabela:

TIPO DE CONSTRUÇÃO	OCO.	%
Imperativo verbal canônico	254/316	80%
Com sujeito e verbo no indicativo	28/316	9%
Enunciado interrogativo	10/316	3%
Com verbo causativo	21/316	7%
Avaliativa	02/316	1%
Com verbo performativo	01/316	<1%

Tabela 1. A variável tipo de construção imperativa: frequências e percentuais

Como podemos ver na tabela 1, a nossa amostra apresentou um número expressivo de construções do tipo *Imperativo verbal canônico*, com um total de 254 ocorrências (o que corresponde a 80% dos dados dessa amostra), evidenciando que essas sentenças são a principal estratégia linguística produzida pelos falantes na expressão de atos diretivos. Ainda assim, é interessante observar a presença de outras construções, como, por exemplo, *Sujeito + verbo no indicativo, com verbo causativo e enunciado interrogativo*.

Em relação ao primeiro caso, foram obtidas 28 ocorrências de sentenças com sujeito e verbo no indicativo, correspondendo a 9% dos dados. Como dito anteriormente, essas construções são curiosas pela sua configuração com o sujeito expresso – algo que normalmente não é apontado em descrições sobre sentenças imperativas. Além disso, nota-se que a leitura imperativa dessas sentenças no contexto dialógico é ativada através da prosódia. Uma vez que os dados foram extraídos de uma fonte audiovisual, foi possível perceber, pela entonação dos atores no vídeo, que as sentenças em questão não eram simplesmente frases declarativas, mas sim frases que exprimiam atos diretivos. Os dados reproduzidos abaixo exemplificam este tipo de construção:

43. Você vai arder, no infinito... (Episódio *Deus*)
44. Você fecha os olhos agora... (Episódio *Fada*)
45. Você vai ficar aqui e vai pagar a conta, valeu?! (Episódio *Dívidas*)
46. Tu vai se inscrever nesse canal, vai indicar mais dois amigos teus para se inscrever nesse canal também... (Episódio *Ordem divina*)

Já em relação às *construções com verbo causativo*, obtivemos 21 ocorrências – isto é, 7% dos dados – e a maior parte dessas sentenças apresentam o verbo “deixar”, sendo um único dado com o verbo “mandar”. Estudos sociolinguísticos recentes (cf. TRAVAGLIA, 2007; PINTO, 2011) descrevem a alta produtividade do verbo “deixar” no PB, de modo que, de acordo com Travaglia (2007), a palavra exerce a função de um marcador de modalidade, marcador de tempo e aspecto, indicador etc.

De maneira geral, nossa amostra revela o uso do verbo como um marcador de modalidade, exprimindo as noções de “pedido” e “ordem”, este em menor número. Ao analisarmos as cenas, observamos que “deixar” servia como uma forma de atenuar um comando expresso por um personagem, diferentemente da frase contendo verbo “mandar”, na qual a noção de “comando” ou “ordem” é mais saliente. Além disso, os verbos “deixar” e “mandar” são sempre acompanhados pelos pronomes pessoais *eu* e *ele*, fato que se alinha às pesquisas destinadas ao *status* dos clíticos no PB e, em específico ao tema deste trabalho, aos achados de Scherre (2004) sobre o favorecimento da forma indicativa neste cenário. Os exemplos a seguir sintetizam a nossa análise sobre esse grupo:

47. Deixa eu só organizar isso aqui... (Episódio *Casal normal*)
48. Deixa ele quietinho aí. (Episódio *Log out*)
49. Então manda ele se foder (Episódio *Meu corpo, minhas regras*)

Além das construções citadas acima, coletamos 10 ocorrências de construções denominadas como *enunciado interrogativo* (correspondente a 3% dos dados). Como dito na seção de metodologia, consideramos alguns enunciados interrogativos como sentenças imperativas pois há nelas a intenção de convencer alguém a fazer algo. A título de exemplo, as frases a seguir mostram como enunciados interrogativos podem ativar uma leitura imperativa:

50. Amor, me passa a margarina, por favor? (Episódio *Comercial margarina*)
51. Você volta daqui a dois meses pros exames de rotina? (Episódio *Médico vidente*)
52. Vê se foi? 15 reais? (Episódio *Emprestando*)

Assim como as construções *sujeito + verbo no indicativo*, os enunciados acima ativam leitura imperativa ao estarem inseridas em contexto dialógico e, principalmente, com a ação da prosódia. Ademais, os enunciados interrogativos encontrados nos esquetes estariam em um nível *indireto* e *convencional*, nos termos de Brown e Levinson (1987): ao proferir a sentença, o falante comunica mais do que o enunciado demonstra, baseando-se em um conhecimento compartilhado de natureza linguística e não linguística com o ouvinte, o que garante o sucesso e completo entendimento desses enunciados.

No entanto, é importante reconhecer as vastas possibilidades geradas por formulações indiretas, embora tenhamos coletado os casos mais exemplares. Frases frequentemente utilizadas pelos falantes do PB, como “Você tem uma caneta?” (= me empresta/empreste uma caneta) ou até mesmo “Por acaso eu sou dono da *Light*?” (=

desliga/desligue as luzes) apresentam diferentes graus de convencionalidade que esbarram em diversos aspectos socioculturais, mas também podem configurar atos diretivos.

Em suma, a tabela revela que, mesmo com a predominância de construções do tipo *Imperativo verbal canônico*, a expressão do imperativo de 2ª pessoa do singular no foi realizada por meio de diferentes construções na amostra em foco. Braga (2016) identifica outras construções que também ativam leitura imperativa, como, por exemplo, verbo “ir” na 1ª pessoa do plural (“Vamos para casa”), comandos nominais (“Calma, vai dar tudo certo”), verbos no particípio (“Calado, irmão!”) entre outros. Isso demonstra que a noção de imperatividade conta com um amplo inventário de construções que serão acessadas e produzidas pelos falantes a depender do contexto interacional comunicativo e das relações interpessoais nos quais se encontram. A seguir, demonstramos os resultados do cruzamento da variável dependente com as variáveis independentes *formas de segunda pessoa do singular na posição de sujeito e ato de fala*.

5.2 Formas de segunda pessoa do singular na posição de sujeito:

Controlamos as formas de 2SG na posição de sujeito com o objetivo de verificarmos se a forma pronominal influencia o uso de determinadas construções imperativas. Para isso, registramos os padrões de uso dos atores e atrizes em todas as falas dentro da cena. Sendo assim, obtivemos os seguintes resultados:

Suj 2SG	Canônico	Suj+Vind	Causativo	Interrogativo	Avaliativo	Perform ativo	Total
Só tu	63/71 88,8%	02/71 2,8%	03/71 4,2%	02/71 2,8%	---	01/71 1,4%	71/316 22,5%
Só você	130/165 78,8%	18/165 10,9%	11/165 6,7%	06/165 3,6%	---	---	165/316 52,2%
Você/tu	40/52 76,9%	05/52 9,6%	04/52 7,7%	02/52 3,8%	01/52 2%	---	52/316 16,5%
Zero	12/12 100%	---	---	---	---	---	12/316 3,7%
Você/tu/ senhor	10/16 62,5%	03/16 18,8%	02/16 12,5%	---	01/16 6,2%	---	16/316 5,1%
Total	255	28	20	10	02	01	316

Tabela 2. Correlação entre as construções imperativas e o padrão de uso de formas de 2SG na posição de sujeito

Destacamos o seguinte cenário: 52,2% das construções imperativas detectadas – isto é, em 165 dados de um total de 316 – foram produzidas em cenas nas quais os atores utilizaram apenas o pronome *você* na posição de sujeito. 22,5% dos dados, correspondentes a 71 sentenças imperativas, foram registrados em cenas nas quais só se utilizou o pronome *tu*, e 16,5%, referentes a 52 dados de imperativo, foram extraídos de cenas em que havia a alternância entre *você/tu*. A tabela também registra alguns casos de *você/tu/senhor* e *zero* com 5,1% e 3,7% de ocorrência, respectivamente.

A predominância dos pronomes *você*, *tu* e *você/tu* já era um resultado esperado, uma vez que Paredes Silva (2003) evidencia o retorno do pronome *tu* à fala brasileira, principalmente ao dialeto carioca, e Scherre *et al.* (2015) destaca que os subsistemas “só *você*” e “*você/tu* sem concordância” predominam nas regiões Centro-Oeste e Sudeste (SCHERRE *et al.*, 2015, p.143). Como grande parte dos dados da nossa amostra foram produzidos por atores e atrizes da região Sudeste, a maioria natural do Rio de Janeiro, o padrão de uso das formas de 2SG encontrados na nossa amostra está de acordo com os estudos sociolinguísticos mais recentes. Agora, analisemos as construções imperativas junto ao padrão de uso de 2SG na posição de sujeito.

A tabela mostra a construção *Imperativo verbal canônico* como a mais produtiva em todos os padrões de uso de 2SG, com destaque no padrão de uso *zero*, no qual os 12 dados de imperativo compreendidos nele foram categoricamente da construção *Imperativo verbal canônico*. Vale destacar também os percentuais relativos ao uso de *só tu* e *só você* nos quais obtivemos os índices de 88,8% (dos 71 dados de imperativo compreendidos neste padrão, 63 correspondiam a essa construção), e 78,8% (dos 165 dados de imperativo compreendidos neste padrão, 130 correspondiam a essa construção), respectivamente.

Em relação aos outros padrões de uso de pronomes de 2SG no sujeito, os índices de construções imperativas são relativamente baixos. Ressaltamos, contudo, os seguintes percentuais: as construções com sujeito + verbo no indicativo representaram 18,8% dos dados compreendidos no padrão *você/tu/senhor* e 10,9% no padrão de uso *só você*; em *construção com verbo causativo*, o padrão de uso mais produtivo foi *você/tu/senhor*, representando 12,5% dos dados.

Conclui-se que, de forma geral, essa variável não parece influenciar significativamente o uso de um tipo de construção imperativa específica. O que pode ser destacado são os percentuais de *só tu* e *só você* na construção *Imperativo verbal*

canônico, que configurariam, utilizando os termos de Scherre (2004; 2007), o uso preponderante do *imperativo verdadeiro* (tu + indicativo), seguido do *imperativo abrasileirado* (você + indicativo). No entanto, como os índices das formas de 2SG são relativamente próximos em todas as construções, não é possível dizer que há uma influência das formas tratamentais nas construções imperativas.

5.3 Atos de fala

Controlamos essa variável com o intuito de verificar se há alguma influência entre os atos de fala e os tipos de construção, isto é, se determinadas construções são ativadas a partir de certos atos de fala. Nesse sentido, analisemos a tabela abaixo:

Ato de fala	Canônico	Suj+Vind	Causativo	Interrogativo	Avaliativo	Performativo	Total
Ameaça	02/04 50%	---	---	01/04 25%	01/04 25%	---	04/316 1,3%
Aviso	06/11 54,5%	04/11 36,4%	01/11 9,1%	---	---	---	11/316 3,5%
Conselho	10/12 83,4%	01/12 8,3%	01/12 8,3%	---	---	---	12/316 3,8%
Desafio	02/03 66,7%	---	---	01/03 33,3%	---	---	03/316 1%
Instrução	16/22 72,7%	06/22 27,3%	---	---	---	---	22/316 7%
Ordem	59/70 84,3%	07/70 10%	04/70 5,7%	---	---	---	70/316 22,1%
Pedido	102/124 82,2%	02/124 1,7%	14/124 11,3%	06/124 4,8%	---	---	124/316 39,2%
Permissão	09/10 90%	01/10 10%	---	---	---	---	10/316 3,2%
Proibição	18/22 81,8%	04/22 18,2%	---	---	---	---	22/316 7%
Sugestão	25/31 80,6%	02/31 6,4%	---	02/31 6,4%	01/31 3,3%	01/31 3,3%	31/316 9,8%
Súplica	06/07 85,7%	01/07 14,3%	---	---	---	---	07/316 2,2%
Total	255	28	20	10	02	01	316

Tabela 3. Correlação entre as construções imperativas e o tipo de ato de fala diretivo presente na situação comunicativa

O primeiro aspecto a ser destacado é em relação aos atos de fala diretivos mais produtivos na amostra. A tabela 3 nos mostra que, das 316 construções imperativas consideradas, 124 – isto é, 39,2% dos dados – estão relacionadas a *pedido*, ao passo que 70 construções (22,1% dos dados) se relacionam à *ordem* e outras 31 (9,8% dos dados), à *sugestão*. Este resultado é interessante porque *pedido* como o ato diretivo quantitativamente mais expressivo pode indicar uma mudança na forma como a comunidade linguística percebe o imperativo e qual ideia deseja veicular através dele.

Isso não se evidencia somente com o percentual encontrado, mas também com a quantidade de atos diretivos distintos que identificamos em nossa amostra.

Analisando as construções imperativas junto aos atos diretivos, a construção *Imperativo verbal canônico* se destaca mais uma vez, sendo a estratégia mais utilizada em todos os atos de fala, principalmente em atos como *permissão* (90%), *súplica* (85,7%), *ordem* (84,3%), *conselho* (83,4%) e *pedido* (82,2%). Abaixo, reproduzimos um exemplo de cada um desses atos:

53. Bebe aí, bebe aí. (Episódio *Água na boca*) [permissão]
54. Guarda essa arma, Márcio... (Episódio *Comercial margarina*) [súplica]
55. Sandra, vai pro quarto que o cinto vai cantar. (Episódio *COACH*) [ordem]
56. Metete aquele aquele teu fio dental e vai que é tua! (Episódio *App de pegação*) [conselho]
57. Cara, prova, é um tesão! (Episódio *Miojeria gourmet*) [pedido]

Em seguida, analisando a *construção com sujeito + verbo indicativo*, os atos de fala mais produtivos foram os de *aviso* (36,4%), *instrução* (27,3%) e *proibição* (18,2%). Os exemplos abaixo mostram cada um desses atos nesse tipo de construção:

58. Você lava a sua boca pra falar de político brasileiro! (Episódio *Qué passa?*) [aviso]
59. Tu vai se inscrever nesse canal, vai indicar mais dois amigos teus pra se inscrever também (Episódio *Ordem divina*) [instrução]
60. Você nunca mais vai me chamar de gostosa! (Episódio *Gostosa*) [proibição]

Já em *construção com verbo causativo*, nos chama atenção o fato de que *pedido* foi registrado como mais produtivo (11,3%), ao passo que não houve dados de imperativo desta construção em *permissão* – que é geralmente a acepção mais veiculada a esse tipo de construção, principalmente se o verbo causativo em questão é “deixar”. Seguem alguns exemplos abaixo dessa construção no ato de fala *pedido*:

61. Deixa ele quietinho aí. (Episódio *Log out*) [pedido]
62. Deixa eu assumir uma coisa aqui... (Episódio *Balbúrdia*) [pedido]
63. Deixa a gente ir. (Episódio *Maconha*) [pedido]

Em *enunciado interrogativo* (64 e 65), os atos diretivos que se destacam são os de *ameaça* (25%) e *desafio* (33,3%). Curiosamente, obtivemos apenas 4,8% dessa construção em *pedido*. Pela descrição que fizemos na seção de metodologia, esperávamos que a ocorrência dessa construção no ato de *pedido* fosse mais recorrente. Por fim, a *construção avaliativa* (66) apresenta o índice de 25% dos dados de imperativo agrupados em *ameaça*. Alguns exemplos são:

64. Não vai descer não?! (Episódio *Porrada*) [ameaça]
65. Não vai descer, né? (Episódio *Porrada*) [desafio]

66. É melhor tu dizer onde tão os teus parceiros, arrombado! (Episódio *Farinha*) [ameaça]

Em resumo, embora seja inegável a ligação entre os atos de fala e as construções imperativas, a partir dos resultados da nossa amostra, concluímos que não é possível observar o favorecimento de uma construção imperativa específica em determinado ato de fala com base nos dados do nosso *corpus*, ainda que os índices da construção *Imperativo verbal canônico* sejam expressivos em todos os atos de fala aqui identificados.

6. Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo investigar a expressão do imperativo de 2ª pessoa do singular a partir de dados de fala da sincronia atual. Para isso, utilizamos esquetes humorísticas do canal *Porta dos Fundos*, disponíveis na plataforma *YouTube*, como *corpus* do nosso trabalho e registramos as sentenças com leitura imperativa produzidas pelos atores. A partir da revisão da literatura sobre o tema, constatamos que a descrição do imperativo se concentra na variação entre as formas indicativa e subjuntiva, enquanto pouco é abordado sobre outras construções que podem ativar leitura imperativa.

Em linhas gerais, mostramos que a expressão do imperativo se dá através de construções diversas, como, por exemplo, por enunciados interrogativos, frases com verbo volitivo, construções avaliativas e sentenças com sujeito exposto. Ao cruzarmos os resultados das construções imperativas com as formas de 2ª pessoa do singular na posição de sujeito, esperávamos verificar a hipótese da influência das formas utilizadas nesse contexto morfossintático sobre a expressão do imperativo. Nossos resultados indicaram, contudo, que o pronome *você* foi a forma mais utilizada na posição de sujeito pelos atores e atrizes da amostra, considerando todos os dados analisados, inclusive aqueles em que havia o imperativo verbal de indicativo, geralmente relacionado ao uso do pronome *tu* na posição de sujeito. Sendo assim, os dados do nosso estudo não sustentam a hipótese da influência do padrão de uso de 2SG na posição de sujeito sobre as construções imperativas.

Quanto aos atos de fala, verificamos que o imperativo foi utilizado, nas cenas analisadas, para veicular atos diretivos diversos, para além da noção de *ordem*. Nesse sentido, registramos, em um panorama geral, uma maior ocorrência do ato *pedido* em detrimento do ato *ordem*. Ao correlacionarmos os atos diretivos às construções imperativas, os resultados da nossa amostra revelam que a construção *Imperativo verbal canônico* foi a mais produtiva, concentrando os maiores índices de ocorrência em todos os atos de fala identificados. Ainda assim, com base nos resultados encontrados, não parece seguro afirmar que haja alguma correlação significativa entre atos de fala diretivos e as construções imperativas observadas.

Em resumo, este trabalho se propôs a mostrar que a expressão do imperativo conta com um leque variado de construções, o que se afasta da ideia de que apenas frases como “Desligue a TV!” devem ser consideradas como sentenças imperativas.

Este fato é de extrema importância para os estudos sobre o tema, visto que a maioria das análises já realizadas até então se concentrou majoritariamente em descrever e analisar apenas a oposição entre a forma indicativa e a subjuntiva (desliga/desligue). Além disso, reconhecemos que o tema e questões levantadas ainda merecerão novas análises, sendo de nosso interesse analisar futuramente a possível influência de outras variáveis não contempladas nesta monografia.

No que diz respeito ao *corpus*, julgamos que analisar esquetes humorísticos constituiu um grande desafio, principalmente por ser um material de análise pouco difundido em estudos sociolinguísticos. Como qualquer *corpus*, ele apresenta vantagens e limitações. Por essa razão, pretendemos continuar a utilizá-lo, explorando suas diferentes potencialidades, para que possamos aperfeiçoar os métodos de análise desse material. Além disso, não descartamos a possibilidade de que a análise de um quantitativo maior de dados possa ser relevante e necessária para a obtenção de resultados mais sólidos e definidos.

7. Referências bibliográficas

AUSTIN, J. L. *Quando Dizer é fazer. Palavras e ações*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BERRE, C. C. L. *Formulações dos Atos Diretivos, em língua oral, no Português do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, 2007

BROWN, P.; LEVINSON, S. (1987) *Politeness: some universals in language usage*. 2ª ed., Cambridge, CUP.

BRAGA, H. S. *Desaparecimento da flexão verbal como marca de tratamento no modo imperativo – um caso de variação e mudança no português brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, 2008

BRAGA, H. S. *Mudança linguística no modo imperativo – uma análise multissêmica*. Filologia e Linguística Portuguesa, n.13, 2011, p.51-62

BRAGA, H. S. *Construções imperativas no português brasileiro: uma abordagem funcionalista-cognitivista*. Tese de Doutorado. São Paulo, 2016.

CASIMIRO, S. *Um estudo das modalidades deôntica e volitiva nos discursos do presidente Lula*. 2007. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. São José do Rio Preto, 2007.

CASTILHO, A. de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. Editora Contexto: São Paulo, 2010.

CUNHA, C; CINTRA, L. *Breve Gramática do Português Contemporâneo*. 3ª edição. Edições João Sá da Costa: Lisboa, 1989

CUNHA, C; CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 7ª edição. 2ª impressão, Lexikon: Rio de Janeiro, 2017

FARACO, C. A. *Considerações sobre a sentença imperativa no português do Brasil*. D.E.L.T.A. São Paulo, v. 2, n.1, p. 01- 15, set.- fev. 1985-1986.

FARACO, C. A. *O tratamento você em português: uma abordagem histórica*. Fragmenta. Curitiba, n. 13, p. 51-82, 1996.

MOLLICA, M. C. *Fundamentação teórica: conceituação e delimitação*. In: Maria Cecília Mollica e Maria Luiza Braga (orgs). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 4. ed., 5ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2019.

PAREDES SILVA, V. L.; SANTOS, G. M. dos; RIBEIRO, T. de O. *Variação de 2ª Pessoa: o pronome sujeito e a forma do imperativo*. Gragoatá, Rio de Janeiro, v.9, p.115-123, 2000

PAREDES SILVA, V. I. *O retorno do pronome tu à fala carioca*. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara. *Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: FAPERJ/ 7Letras, p.160-169, 2003.

PINTO, P. J. G. *A (poli)gramaticalização do verbo "deixar"*. Domínios de Linguagem, [S. l.], v. 2, n. 1, 2011.

ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 49. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio: 2011

RUMEU, M. *Formas variantes do imperativo de segunda pessoa nos séculos XIX e XX: a expressão do social*. SIGNUM: Estudos Linguísticos: Londrina, n.19/2, p.310-341, 2016.

SCHERRE, M. M. P. *O imperativo gramatical no português brasileiro: reflexo de mudança linguística na escrita de revistas em quadrinhos*. In: Actos do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística: Lisboa, APL, p.817-829, 2004.

SCHERRE, M. M. P. *Aspectos sincrônicos e diacrônicos do imperativo gramatical no português brasileiro*. Alfa: São Paulo, 51 (1): p.189-222, 2007.

SCHERRE, M. M. P. et al. *Variação dos pronomes "tu" e "você"*. In: MARTINS, Marco Antonio; ABRAÇADO, Jussara (orgs). *Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015

SEARLE, J.R. *Indirect Speech Acts*. In: *Syntax and Semantics*, vol. 3, ed. Cole & Morgan. New York, Academic Press, 1975

SEARLE, J. R. *Expression and Meaning: Studies in the Theory of Speech Acts*. New York, Cambridge University Press, 1979

SEARLE, J.R. *O que é a linguagem: algumas observações preliminares*. In: TSOHATZIDIS, S. L.(org.) *A filosofia da linguagem de John Searle: força, significação e mente*. São Paulo, Editora UNESP, 2012

TRAVAGLIA, L.C. *Esquete: caracterização de um gênero oral e sua possível correlação com outros gêneros*. *Olhares & Trilhas: Uberlândia*. Vol. 19, n. 2. p. 115-143, Jul/dez. 2017

TRAVAGLIA, L. C. *A gramaticalização dos verbos passar e deixar*. *Revista da ABRALIN*. v.6, n.1, 2007.

WEINREICH, Uriel. LABOV, William; HERZOG, Marvin I. *Empirical foundations for a theory of language change*. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. *Directions for historical linguistics*. University of Texas Press. 1968.